



Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL

RELATÓRIO E CONTAS

2009



ÍNDICE

- RELATÓRIO DE GESTÃO

| | |
|--|----|
| 1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO | 01 |
| 1.1 – Evolução da economia nos países do euro | 01 |
| 1.2 – Evolução da economia portuguesa | 02 |
| 1.3 – A Caixa de Leiria no contexto económico e financeiro | 03 |
| 2. EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO BALANÇO | 04 |
| 2.1 – Estrutura do Activo Líquido | 04 |
| 2.2 – Passivo e Capitais Próprios | 05 |
| 3. VOLUME DE NEGÓCIOS | 06 |
| 4. ACTIVIDADE COMERCIAL | 07 |
| 4.1 – Captação de recursos alheios | 07 |
| 4.2 – Crédito | 08 |
| 4.2.1 – Carteira de Crédito | 08 |
| 4.2.1.1 – Crédito vincendo | 08 |
| 4.2.1.2 – Crédito vencido | 10 |
| 4.2.1.3 – Garantias | 12 |
| a) Crédito vivo | 12 |
| b) Crédito vencido | 12 |
| 4.3 – Actividade seguradora | 13 |
| 5. ACTIVIDADES FINANCEIRAS E DE INVESTIMENTO | 13 |
| 6. GESTÃO DE RISCOS | 15 |
| a) Risco de crédito | 15 |
| b) Risco operacional | 15 |
| 7. DIMENSÃO E ÁREA DE MEIOS | 16 |
| 7.1 – Dimensão | 16 |
| 7.2 – Área de Meios | 16 |
| 7.2.1 – Recursos humanos | 16 |
| 7.2.1.1 – Quadro de Pessoal | 16 |
| 7.2.1.2 – Formação | 17 |
| 7.2.2 – Recursos tecnológicos e informáticos | 17 |
| 7.2.3 – Meios de pagamento | 18 |
| 7.2.4 – Edifício Sede | 18 |
| 8. ÁREA SOCIAL | 18 |
| 9. RESULTADOS, EFICIÊNCIA E RENDIBILIDADE | 19 |
| 9.1 – Análise e decomposição dos resultados | 19 |
| 9.2 – Produto bancário | 23 |
| 9.3 – Eficiência | 26 |
| 9.4 – Rendibilidade | 28 |
| 10. INDICADORES PRUDENCIAIS | 30 |
| 11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS | 32 |

| | |
|--|----|
| - BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS | 33 |
|--|----|

| | |
|--------------------------------------|----|
| - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 36 |
|--------------------------------------|----|

| | |
|------------------------------|----|
| - PARECER DO CONSELHO FISCAL | 72 |
|------------------------------|----|

| | |
|---------------------------------|----|
| - CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS | 74 |
|---------------------------------|----|

1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

1.1 - Evolução da economia nos países do euro

O crescimento real do PIB verificado no terceiro trimestre de 2009 veio interromper a mais longa e profunda recessão na história da União Europeia. É ainda sob o efeito das ondas de choque causadas pela crise que o desempenho das economias da zona euro manifesta sinais de recuperação frágil em progresso.

Com taxas de 1 por cento na União Europeia e 0,3 pontos percentuais na zona euro, a inflação em 2009 reflecte o abrandamento da economia. Durante grande parte do ano de 2009 verificou-se um forte processo deflacionista, principalmente justificado pelo comportamento dos preços da energia e dos produtos de alimentação. A inversão da tendência na curva dos índices de preços verificada no final do ano é um indicador de recuperação.

No entanto, a incerteza que vem abalando a confiança e o desempenho dos mercados financeiros desde o terceiro trimestre de 2008, potenciada por acontecimentos recentes, não se dissipou, pesando bastante no esforço de recuperação. Em 2009, enquanto os bancos foram digerindo os efeitos da crise, promovendo o reforço dos seus níveis de solvabilidade, apoiados por medidas de política monetária e pacotes de ajuda financeira, tardaram a promover a distribuição de crédito pela economia, fortemente desacelerada durante a primeira metade do ano.

A deterioração no emprego é um factor adicional de incerteza. As taxas de desemprego registaram crescimentos substanciais em alguns países da zona euro, fixando-se nos 10 por cento na média dos países em Dezembro, e mostram uma tendência de crescimento que comprometerá o consumo.

A forte turbulência que abalou a actividade económica impeliu os governos nacionais, concertados através do Plano de Recuperação Económico Europeu, a intervir através de importantes medidas políticas de natureza orçamental com o objectivo de estimular a actividade económica, conter a tendência de crescimento das taxas de desemprego e estabilização do sistema financeiro. Em consequência, verificou-se uma substancial deterioração das finanças públicas e o aumento generalizado dos défices orçamentais (com um crescimento esperado da média dos défices orçamentais da zona euro de 2 por cento do PIB em 2008 para 5 pontos percentuais em 2009).

Com o desequilíbrio das contas públicas e um elevado endividamento de alguns dos Estados da zona euro, tem sido questionada a capacidade competitiva e de reembolso da dívida desses mesmos Estados. Deste modo, debate-se a natureza estrutural que alguns dos indicadores negativos assumem (como o desequilíbrio da balança pagamentos) e a eficácia do esforço da convergência europeia.

Por outro lado, o facto de no segundo semestre de 2009 a recuperação económica a nível mundial ter sido superior ao inicialmente previsto favoreceu o desempenho das economias europeias.

Neste sentido, com a situação económica interna mais ou menos equilibrada e o contexto externo favorável, proporcionado pelo crescimento da economia mundial, a União Europeia termina o ano de 2009 com indicadores de recuperação e perspectivas positivas para o desempenho do PIB.

1.2 - Evolução da economia portuguesa

No ano de 2009, o desempenho da economia portuguesa esteve fortemente associado à profunda recessão económica e financeira sentida a nível mundial, atingindo uma magnitude, duração temporal e extensão geográfica, sem precedentes históricos nas últimas décadas.

A economia portuguesa encontra-se muito vulnerável perante o enquadramento exterior fortemente desfavorável. A dependência em termos energéticos do exterior, a subida das taxas de juro no financiamento da dívida, o forte processo deflacionista externo e a intensificação da crise financeira internacional justificam a perspectiva moderada de crescimento, embora ainda num ambiente de elevada incerteza que irá provavelmente determinar uma recuperação lenta e irregular na actividade económica nos próximos meses.

Este cenário de crise financeira intensificou-se no último trimestre de 2008, permaneceu ao longo de 2009, prevendo-se que esta turbulência se mantenha ainda no decorrer do ano que agora começa, com comportamentos imprevisíveis em termos de preços de bens de primeira necessidade, alimentares e combustíveis.

Não se esperam alterações significativas nas taxas de referência, apesar de haver alguns economistas que defendam que a ligeira recuperação económica verificada na área euro, no último trimestre de 2009, venha a corresponder uma ligeira subida, fazendo aumentar a taxa de referência do BCE em pelo menos 0,25 pontos percentuais, fixando-se em 1,25 por cento.

As estimativas do Banco de Portugal apontam para uma queda da actividade económica (PIB – Produto Interno Bruto) em 2009 de 2,7 por cento, após uma estagnação em 2008. Essa queda prevê-se inferior à verificada na área do euro e na União Europeia.

Segundo fontes do INE (Instituto Nacional de Estatística), a evolução da economia portuguesa em 2009 fica marcada pelo aumento da taxa de desemprego para um novo máximo histórico de 10,1 por cento, estimando um universo de população desempregada de 563,3 mil indivíduos.

No decorrer da última década, a taxa de inflação em Portugal, medida pela variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), manteve-se com relativa estabilidade em níveis muito próximos de 3 pontos percentuais, observando-se uma pronunciada desaceleração dos preços desde o segundo semestre de 2008, cifrando-se em 2009 em -0,8 por cento.

O nível relativamente elevado de endividamento do sector privado não financeiro e a prevalência de empréstimos bancários com taxas indexadas às taxas de juro do mercado monetário, levou a uma rápida e acentuada diminuição das taxas de juro oficiais e das taxas do mercado monetário da área do euro (taxa de referência do BCE), baixando para valores mínimos históricos de 1 por cento.

O significativo aumento do desemprego, o elevado endividamento das famílias e empresas, pondo em risco o pagamento dos salários dos trabalhadores e a forte contracção da actividade, originaram um aumento do incumprimento no crédito bancário, com destaque para os segmentos do crédito ao consumo e do crédito a empresas.

Face à quebra no índice de preços e aos valores historicamente baixos das taxas de juro no crédito à habitação e apesar dos altos índices de desemprego, prevê-se um ligeiro aumento do rendimento disponível em termos reais, o que deverá implicar um aumento da taxa de poupança das famílias no decorrer de 2010 e prevendo-se uma ligeira contenção em relação ao recurso ao crédito ao consumo.

Em termos de finanças públicas, verificou-se um forte crescimento do défice orçamental, que se cifrou em 9,3 por cento do PIB, motivado pela adopção de medidas sociais e de investimento como resposta à conjuntura, para a estabilidade do sistema financeiro e da economia real, na tentativa de restabelecer o equilíbrio do sistema financeiro e promovendo o crescimento económico. A tomada de medidas no sentido de repor o défice nos valores regulamentares até 2013, como exigido pelas instâncias europeias, deverá originar a sua queda em um ponto percentual no ano de 2010.

1.3 – A Caixa de Leiria no contexto económico e financeiro

A crise financeira e económica global, traduzida designadamente em perturbações no funcionamento dos mercados internacionais, reflectiu-se obrigatoriamente, no mercado português, encontrando-se o sector bancário no epicentro da crise, o que levou as instituições de crédito a tomar medidas de ajustamento das suas estruturas de financiamento, de forma a mitigar o impacto dessas perturbações sobre a sua actividade, rentabilidade e solvabilidade.

Em matéria de financiamento, a Caixa de Leiria, apresentando rácios de solvabilidade e liquidez, muito acima dos montantes mínimos recomendados pela entidade reguladora, vai continuar com a sua política de privilegiar a segurança em detrimento da rentabilidade, embora as consequências, como aliás se previa, sejam no imediato uma quebra de resultados.

Estas circunstâncias, aliadas à enorme crise que se abateu sobre o mercado imobiliário, com reflexos directos e indirectos nas contas da Caixa, justificam a queda do produto bancário de exploração, que se cifrou em cerca de 23,7 por cento, com os consequentes reflexos no resultado líquido do exercício.

A Caixa de Leiria, tendo presente as suas responsabilidades no contexto económico dos concelhos da sua área de intervenção, continuará a apoiar as pessoas e as empresas, exercendo a sua actividade de intermediação, pautada pelos valores que sempre a nortearam: servir os clientes sem nunca descurar a solidez da instituição, gerindo com diligência e segurança os capitais que lhe são confiados.

2. EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO BALANÇO

2.1 – Estrutura do Activo Líquido

O activo líquido tem vindo a crescer consecutivamente fixando-se em 413.395 milhares de euros, apresentando um crescimento de 13.660 milhares de euros face a 2008 (+ 3,42 por cento) e 28.214 milhares de euros face a 2007 (+ 7,33 pontos percentuais).

Tal como no período homólogo anterior, as aplicações em OIC foi a rubrica que mais contribuiu para a formação do activo líquido com cerca de 48 por cento, seguida do crédito concedido com cerca de 35 pontos percentuais.

Os activos de liquidez apresentam uma quebra de cerca de 8 por cento, a que corresponde a verba total de quase 19 milhões de euros, justificada pela política de prudência adoptada pela Caixa, de canalizar essas mesmas verbas para aplicações em activos financeiros sob a forma de OT (Obrigações de Tesouro) e BT (Bilhetes de Tesouro), totalizando um crescimento, um pouco superior a 20 milhões de euros. Este crescimento passou a representar o dobro, do montante do ano anterior, cerca de 9 pontos de percentagem do activo líquido, atingindo o montante de cerca de 37.858 milhares de euros.

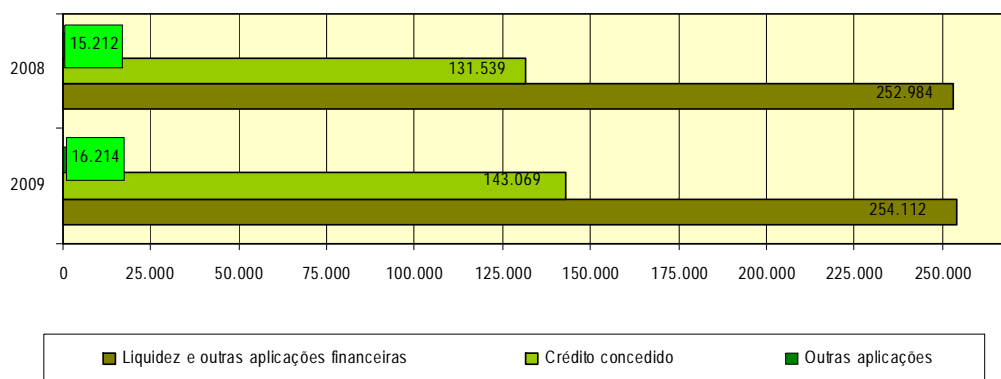
O saldo do crédito concedido, líquido de provisões, registou um crescimento superior ao do ano anterior, em cerca de 8,8 por cento, face aos cerca de 1,5 pontos verificados em 2008, correspondentes a um acréscimo no saldo cerca de 11,5 milhões de euros.

ESTRUTURA DO ACTIVO LÍQUIDO

(milhares de euros)

| | 2009 | | 2008 | | Variação | |
|---|----------------|---------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 397.181 | 96,08 | 384.523 | 96,19 | 12.658 | 3,29 |
| Activos de Liquidez | 216.254 | 52,31 | 235.166 | 58,83 | -18.912 | -8,04 |
| Caixa e disponibilidades em bancos | 16.885 | 4,08 | 21.734 | 5,44 | -4.849 | -22,31 |
| Aplicações em I. C. | 199.369 | 48,23 | 213.432 | 53,39 | -14.063 | -6,59 |
| Crédito concedido (líquido de provisões) | 143.069 | 34,61 | 131.539 | 32,90 | 11.530 | 8,77 |
| Activos financeiros disponíveis p/ venda | 37.858 | 9,16 | 17.818 | 4,46 | 20.040 | 112,47 |
| OUTRAS APLICAÇÕES | 16.214 | 3,92 | 15.212 | 3,81 | 1.002 | 6,59 |
| Activos não correntes detidos p/ venda | 3.387 | 0,82 | 3.639 | 0,91 | -251 | -6,91 |
| Outras | 12.827 | 3,10 | 11.573 | 2,90 | 1.253 | 10,83 |
| TOTAL DO ACTIVO LÍQUIDO | 413.395 | 100,00 | 399.735 | 100,00 | 13.660 | 3,42 |

ESTRUTURA DO ACTIVO LÍQUIDO



2.2 – Passivo e Capitais Próprios

A rubrica “Depósitos de clientes e instituições de crédito” apresenta um crescimento contínuo e sustentado ao longo dos últimos anos na ordem dos 3 pontos de percentagem, atingindo neste último um acréscimo de 11.782 milhares de euros (+ 3,44 por cento), fixando-se em cerca de 354,5 milhões de euros.

Os Recursos próprios e as provisões cresceram cerca de 4,9 pontos de percentagem, que representa um incremento na ordem dos 2,3 milhões de euros.

PASSIVO E CAPITALIS PRÓPRIOS

(milhares de euros)

| Rubricas | 2009 | | 2008 | | Variação | |
|---|----------------|---------------|----------------|---------------|---------------|-------------|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Depósitos de clientes e instituições de crédito | 354.485 | 85,75 | 342.703 | 85,73 | 11.782 | 3,44 |
| Instrumentos representativos de capital | 7.545 | 1,83 | 7.827 | 1,96 | -283 | -3,61 |
| Outros passivos | 2.536 | 0,61 | 2.645 | 0,66 | -108 | -4,10 |
| Capital + provisões | 48.829 | 11,81 | 46.560 | 11,65 | 2.269 | 4,87 |
| TOTAL PASSIVO+CAPITAL PRÓPRIO | 413.395 | 100,00 | 399.735 | 100,00 | 13.660 | 3,42 |

3. VOLUME DE NEGÓCIOS

O volume de negócios em 2009 continua a crescer de forma sustentada, fixando-se em 762.478 milhares de euros, correspondente a um crescimento de cerca de 3,5 pontos percentuais e representando um incremento de 25,5 milhões de euros.

Este agregado deve essencialmente a sua formação aos recursos aforrados pelos clientes, às aplicações em instituições de crédito de parte desses recursos e ao crédito concedido, representando cerca de 46, 26 e 20 pontos de percentagem, respectivamente.

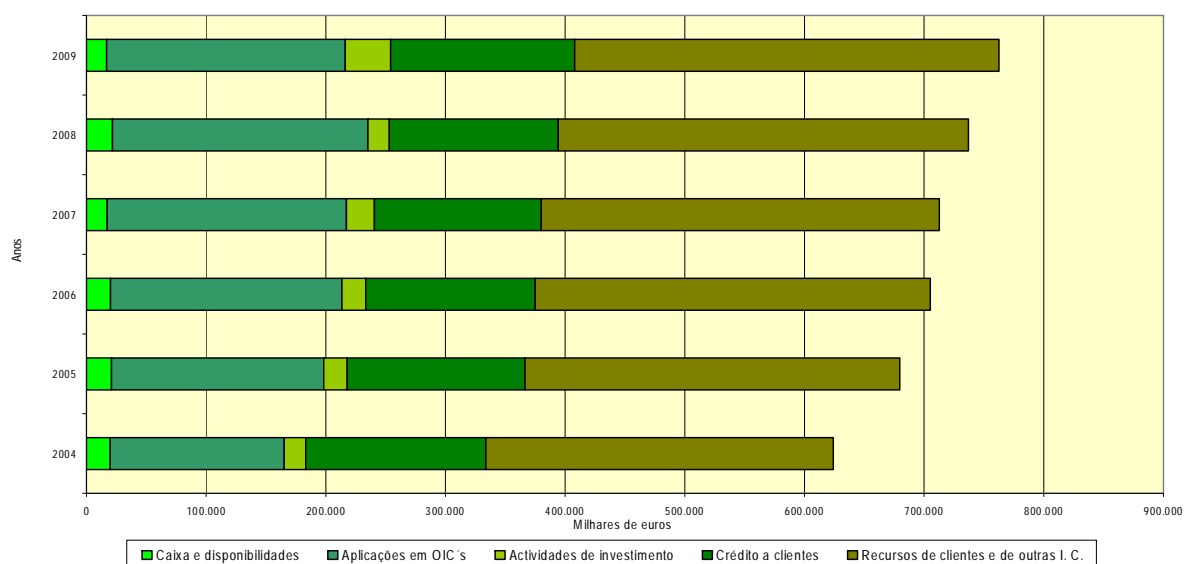
Como foi referido anteriormente no ponto 2.1, as rubricas "Caixa e disponibilidades" e "Aplicações em OIC" no seu conjunto diminuíram cerca de 19 milhões de euros face ao ano anterior, que se justifica pela sua mobilização, orientada para a rubrica "Actividades de investimento", que viu o seu montante crescer 112,5 pontos percentuais.

FORMAÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS

(milhares de euros)

| Rubricas | 2009 | | 2008 | | Variação | |
|--|----------------|---------------|----------------|---------------|---------------|-------------|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Caixa e disponibilidades em bancos | 16.885 | 2,21 | 21.734 | 2,95 | -4.849 | -22,31 |
| Aplicações em OIC | 199.369 | 26,15 | 213.432 | 28,96 | -14.063 | -6,59 |
| Actividades de investimento | 37.858 | 4,97 | 17.818 | 2,42 | 20.040 | 112,47 |
| Crédito a clientes | 153.881 | 20,18 | 141.303 | 19,17 | 12.578 | 8,90 |
| Recursos de clientes e de outras I. C. | 354.485 | 46,49 | 342.703 | 46,50 | 11.782 | 3,44 |
| VOLUME DE NEGÓCIOS | 762.478 | 100,00 | 736.990 | 100,00 | 25.488 | 3,46 |

VOLUME DE NEGÓCIOS



4. ACTIVIDADE COMERCIAL

4.1 – Captação de recursos alheios

O saldo do total de recursos alheios é constituído, quase na totalidade pelos recursos de clientes.

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS ALHEIOS

(milhares de euros)

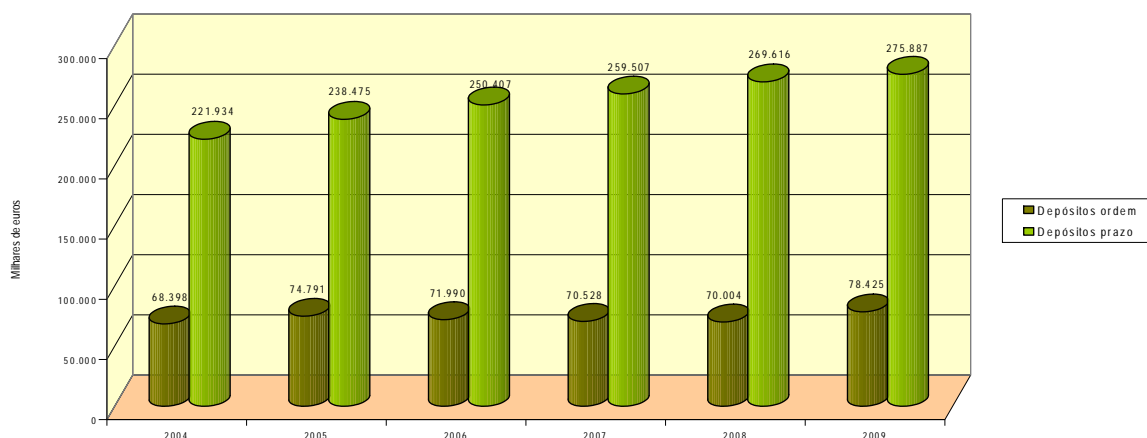
| Rubricas | 2009 | | 2008 | | Variação | |
|--|----------------|---------------|----------------|---------------|---------------|-------------|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Depósitos à ordem | 78.425 | 22,12 | 70.004 | 20,43 | 8.421 | 12,03 |
| Depósitos a prazo | 275.887 | 77,83 | 269.616 | 78,67 | 6.271 | 2,33 |
| Total de recursos de clientes | 354.312 | 99,95 | 339.620 | 99,10 | 14.692 | 4,33 |
| Recursos de outras instituições de crédito | 173 | 0,05 | 3.083 | 0,90 | -2.910 | -94,37 |
| TOTAL DE RECURSOS | 354.485 | 100,00 | 342.703 | 100,00 | 11.782 | 3,44 |

Contrariamente aos dois exercícios anteriores, no ano de 2009, obteve-se um incremento dos recursos de clientes em depósito à ordem que se cifrou em cerca de 12 por cento, a que corresponde uma variação de 8.421 milhares de euros. Resultado esse, que se revelou o melhor dos últimos anos, fixando-se nos 78.425 mil euros, representando 22,12 pontos percentuais do total dos montantes captados junto dos clientes.

Os recursos de clientes colocados em depósito a prazo cresceram mais de seis milhões de euros face ao ano anterior, correspondentes a um incremento de 2,33 por cento. Esse resultado é ligeiramente inferior ao que se havia verificado no confronto dos dois anos anteriores ao de 2009, que haviam crescido 10 e 9 milhões de euros, respectivamente, em cada ano, conforme se pode verificar na ilustração gráfica.

A estrutura da carteira de depósitos de clientes mostrou-se mais favorável que no exercício anterior pois os montantes colocados à ordem, que em 2008 pesavam 20,43 por cento, em 2009 representam 22,12 por cento do total captado.

EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS



4.2 – Crédito

4.2.1 – Carteira de Crédito

No ano de 2009, contrariamente às tendências de mercado, a Caixa de Leiria viu o Crédito concedido crescer 12.578 mil euros face ao ano anterior (+ 8,90 por cento), fixando-se nos 153.881 milhares de euros.

CRÉDITO CONCEDIDO

(milhares de euros)

| Rubricas | 2009 | | 2008 | | Variação | |
|------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|---------------|-------------|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Crédito vincendo | 140.783 | 91,49 | 129.392 | 91,57 | 11.391 | 8,80 |
| Crédito vencido | 13.098 | 8,51 | 11.911 | 8,43 | 1.187 | 9,97 |
| TOTAL | 153.881 | 100,00 | 141.303 | 100,00 | 12.578 | 8,90 |

4.2.1.1 – Crédito vincendo

O Crédito vivo em 2009 registou um crescimento substancial de 8,80 pontos percentuais, a que corresponde uma variação de 11.391 milhares de euros. Em 2008 já tinha apresentado um crescimento de 1,08 por cento que, embora modesto, inverteu a tendência que se havia registado nos dois anos antecedentes.

A rubrica de "Empréstimos + conta corrente" é o agregado que mais comparticipa para o crédito vivo total, com 64,34 por cento, representando 90,6 milhões de euros. Segue-se o "Crédito habitação" com 33,34 pontos percentuais, representando 46,9 milhões de euros.

Os empréstimos e as contas correntes concedidos são os principais responsáveis pela evolução referida, tendo crescido cerca de 10,7 milhões de euros, que representam um incremento de 13,4 por cento.

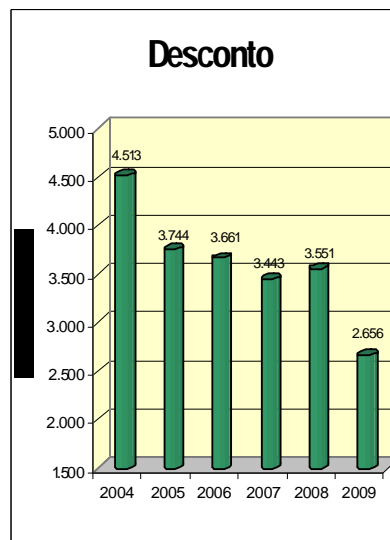
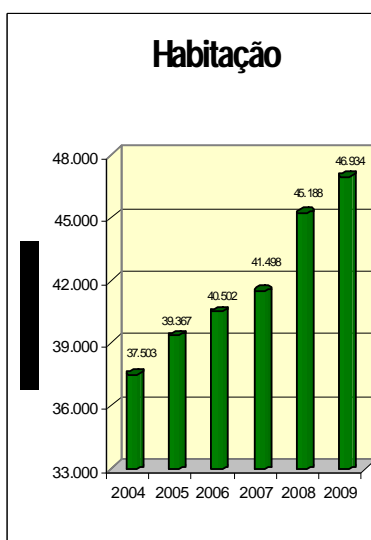
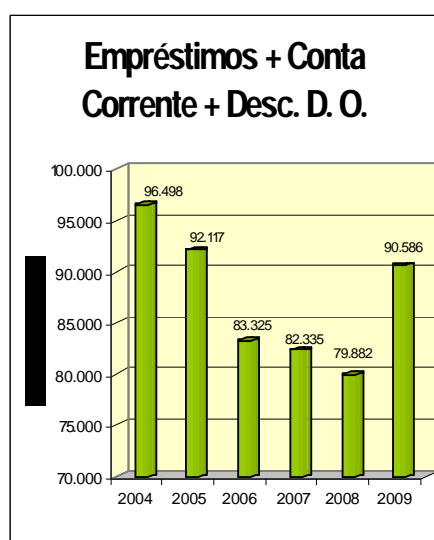
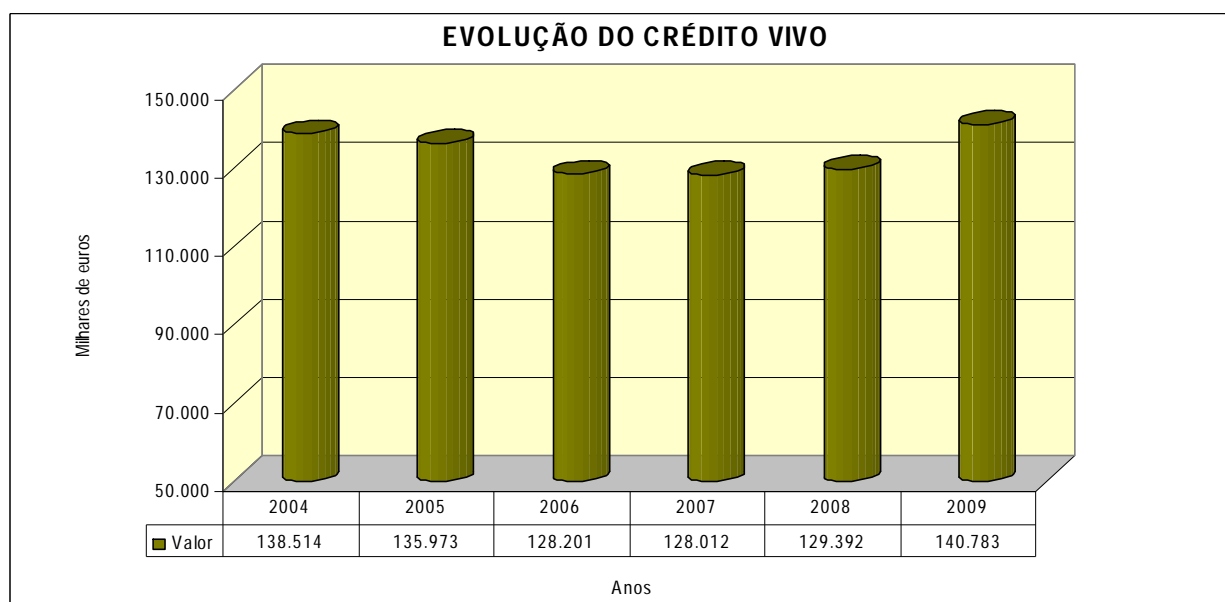
O Crédito Habitação continua em crescendo, fixando-se em 2009 em 46.934 milhares de euros, a que corresponde um crescimento de 1.746 mil euros (+ 3,86 por cento face a 2008).

Face ao peso residual na estrutura do crédito vivo, a rubrica "Desconto" inverteu a tendência de subida verificada no ano de 2008 (cerca de 3 por cento) e atingiu em 2009, uma redução de, sensivelmente, 25 pontos percentuais, reflexo de uma alteração de filosofia das empresas em se financiarem.

DISCRIMINAÇÃO DO CRÉDITO VIVO

(milhares de euros)

| Rubricas | 2009 | | 2008 | | Variação | |
|------------------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|---------------|-------------|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Empréstimos + conta corrente | 90.586 | 64,34 | 79.882 | 61,74 | 10.704 | 13,40 |
| Crédito habitação | 46.934 | 33,34 | 45.188 | 34,92 | 1.746 | 3,86 |
| Desconto | 2.656 | 1,89 | 3.551 | 2,74 | -895 | -25,20 |
| Juros de crédito a clientes | 607 | 0,43 | 771 | 0,60 | -164 | -21,32 |
| TOTAL | 140.783 | 100,00 | 129.392 | 100,00 | 11.391 | 8,80 |



4.2.1.2 – Crédito vencido

A Caixa de Leiria estando inserida no sector da banca e tendo em conta o ambiente recessivo que se vive no nosso país, como consequência das dificuldades económico-financeiras sentidas em todo o mundo, que por sua vez se traduziu no aumento do desemprego, também não passou imune às dificuldades que se fizeram sentir.

Todavia apesar de todos os condicionalismos que marcaram a economia real, o crescimento deste crédito face ao total de crédito concedido atingiu em termos percentuais valores insignificantes.

A classe de créditos vencidos há mais de três anos, representa agora 67,6 por cento do total do crédito vencido.

As classes I e II apresentam melhorias na variação face ao ano anterior, registando um decréscimo de 332 mil euros, correspondente a uma redução de 24 pontos percentuais.

O agregado da classe de crédito vencido há mais de três anos, conforme se tem vindo a referir, aumentou cerca de 13 por cento e justifica-se por argumentos que espelham a situação da economia real, visto tratar-se de um número reduzido de devedores, com os processos judiciais a arrastarem-se e que na grande maioria dos casos são dívidas suportadas por garantias reais, que com boa probabilidade, vão permitir o ressarcimento dos valores respectivos.

ESTRUTURA DO CRÉDITO VENCIDO POR CLASSES

(milhares de euros)

| Rubricas | 2009 | | 2008 | | Variação | |
|----------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|-------------|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| I - Até 3 meses | 299 | 2,27 | 409 | 3,42 | -110 | -26,68 |
| II - de 3 a 6 meses | 749 | 5,72 | 971 | 8,15 | -222 | -22,89 |
| III e IV - de 6 a 12 meses | 734 | 5,61 | 617 | 5,18 | 117 | 18,93 |
| V a IX - de 1 a 3 anos | 2.460 | 18,78 | 2.087 | 17,53 | 373 | 17,87 |
| X a XII - mais de 3 anos | 8.856 | 67,62 | 7.827 | 65,72 | 1.029 | 13,14 |
| TOTAL | 13.098 | 100,00 | 11.911 | 100,00 | 1.187 | 9,97 |

A relação entre o crédito e juros vencidos e o crédito concedido total cifra-se nos 8,51 por cento, mais 0,08 pontos de percentagem, do que no ano anterior.

Se considerarmos em exclusivo a faixa dos créditos vencidos e não pagos há mais de doze meses, esta relação cresce para os 7,35 por cento, quando comparado com o mesmo índice do ano anterior e que era de 7,02 pontos percentuais.

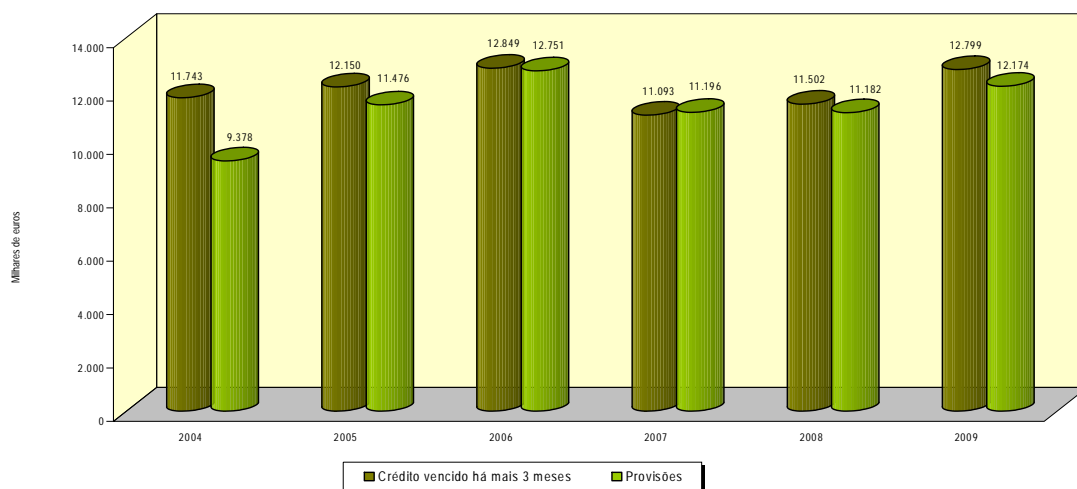
As taxas de cobertura por provisões do crédito vencido em dívida, há mais de três meses, atingem os 95,11 por cento e 107,58 por cento para o crédito vencido há mais de um ano.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE CRÉDITO VENCIDO

(milhares de euros)

| Indicadores | 2009 | 2008 | Variação | |
|---|----------------|----------------|---------------|-------------|
| | | | Valor | % |
| Crédito concedido | 153.881 | 141.303 | 12.578 | 8,90 |
| Crédito vencido | 13.098 | 11.911 | 1.187 | 9,97 |
| Crédito vencido há menos de 3 meses | 299 | 409 | -110 | -26,68 |
| Crédito vencido há mais de 3 meses | 12.799 | 11.502 | 1.297 | 11,27 |
| Crédito vencido há mais de um ano | 11.316 | 9.914 | 1.402 | 14,14 |
| Crédito vencido há menos de 3 meses em relação ao crédito vencido total (%) | 2,28% | 3,42% | -1,14 p.p. | -33,33 |
| Crédito vencido há mais de 3 meses em relação ao crédito vencido total (%) | 97,72% | 96,58% | 1,14 p.p. | 1,18 |
| Crédito vencido há mais de um ano em relação ao crédito vencido total (%) | 86,40% | 83,25% | 3,15 p.p. | 3,79 |
| Provisões totais para crédito | | | | |
| Riscos gerais de crédito | 1.362 | 1.419 | -57 | -4,03 |
| Crédito vencido e cobrança duvidosa | 10.812 | 9.763 | 1.049 | 10,74 |
| Total | 12.174 | 11.182 | 992 | 8,87 |
| Rácios do Crédito vencido em relação ao crédito total | | | | |
| Rácio de crédito e juros vencidos totais | 8,51% | 8,43% | 0,08 p.p. | 0,98 |
| Idem vencidos há mais de 3 meses | 8,32% | 8,14% | 0,18 p.p. | 2,17 |
| Idem vencidos há mais 12 meses | 7,35% | 7,02% | 0,34 p.p. | 4,81 |
| Rácio ajustado (Crédito com incumprimento líquido / Crédito total líquido) | 1,39% | 1,32% | 0,07 p.p. | 5,02 |
| Taxas de cobertura por provisões | | | | |
| Crédito vencido total | 92,95% | 93,89% | -0,94 p.p. | -1,00 |
| Crédito vencido há mais de 3 meses | 95,11% | 97,21% | -2,10 p.p. | -2,16 |
| Crédito vencido há mais de um ano | 107,58% | 112,79% | -5,21 p.p. | -4,62 |

PROVISIONAMENTO DO CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 3 MESES



4.2.1.3 – Garantias

a) Crédito vivo

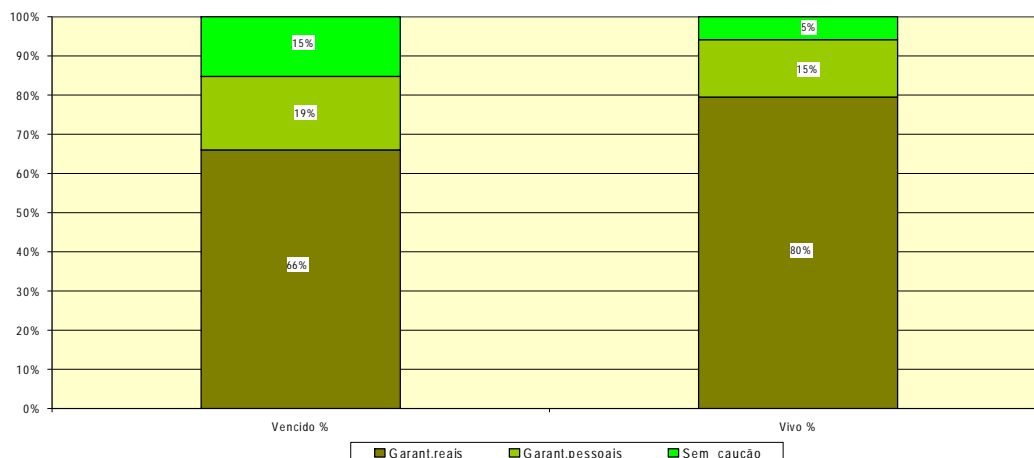
Para um montante alcançado em 2009 de 140.783 milhares de euros, mais de 80 por cento do crédito concedido vivo, está caucionado por garantias reais, 15 por cento beneficia de garantias pessoais e 5 por cento não está suportado por quaisquer garantias adicionais (sem caução).

A situação do crédito vivo, em termos de garantias reais reforçou-se em relação ao ano anterior, quando esse tipo de caução abrangia 76 por cento do total do crédito.

b) Crédito vencido

O crédito vencido e não pago em 2009, fixou-se em 13.098 milhares de euros, tendo a sua estrutura de garantias beneficiado de um reforço comparativamente ao ano de 2008, encontrando-se agora caucionados por garantias reais mais de 66 por cento dos empréstimos (+ 2 por cento), 19 por cento beneficiam de garantias pessoais (+ 0,1 pontos percentuais) e 15 por cento não têm garantia adicional (- 2 pontos de percentagem).

CRÉDITO VENCIDO E VIVO POR TIPO DE GARANTIA



4.3 – Actividade seguradora

No ano de 2009, o panorama da actividade seguradora a nível do país, mostra um abrandamento na produção de seguros influenciado pelo arrefecimento acentuado da economia. O volume de produção de seguros em Portugal atingiu os 14,5 mil milhões de euros, representando uma quebra de 5,4 por cento em relação ao ano anterior.

No ramo “Vida” verificou-se um crescimento, que se deve em grande parte ao valor global dos prémios relativos aos PPR, consubstanciando-se num crescimento de cerca de 28 por cento face ao ano anterior, fixando-se nos 3,1 mil milhões de euros.

No que se refere ao ramo “ não vida”, registou-se uma quebra de produção na ordem dos 4,6 por cento, sendo as modalidades que mais contribuíram para esse resultado menos favorável, os ramos de seguros obrigatórios, nomeadamente, os de acidentes de trabalho e automóvel.

No que respeita à carteira de seguros da Caixa de Leiria e em relação ao ramo “Vida”, verificou-se uma inversão da tendência do mercado, fundamentada pelo decréscimo do número de contratos de PPR realizados, todavia resultando num acréscimo dos prémios recebidos na ordem dos 302,5 milhares de euros, fixando-se em 2009, nos 760,7 mil euros. Em relação à carteira de seguros do ramo “não vida”, contrariamente ao mercado, registou um crescimento ligeiro de 1,1 por cento, que se entende devido ao crescimento do número de apólices do ramo automóvel, como consequência de um segmento de mercado pouco explorado até então.

SEGUROS

| Ramos | 2009 | | 2008 | | Variação | |
|--------------|--------------|---------------|--------------|---------------|-------------|--------------|
| | Nº apólices | % | Nº apólices | % | Nº apólices | % |
| Não vida | 4.931 | 64,95 | 4.877 | 64,06 | 54 | 1,11 |
| Vida | 2.661 | 35,05 | 2.736 | 35,94 | -75 | -2,74 |
| Total | 7.592 | 100,00 | 7.613 | 100,00 | -21 | -0,28 |

5. ACTIVIDADES FINANCEIRAS E DE INVESTIMENTO

As aplicações em instituições de crédito, a exemplo de anos anteriores, têm sido o principal destino das verbas excedentárias não aplicados em crédito, pelas razões de conjuntura macroeconómica amplamente conhecidas e frequentemente referidas.

Nos últimos anos, o facto de a generalidade da banca necessitar de liquidez para sustentar a crescente procura de recurso ao crédito (principalmente no ramo habitação e consumo), proporcionou à Caixa de Leiria a oportunidade de obter remunerações interessantes desses capitais. Remuneração essa, que no ano de 2009 sofreu uma quebra acentuada atendendo aos acontecimentos já referidos.

A escolha das entidades depositárias baseia-se cada vez mais na segurança, em detrimento das taxas de remuneração oferecidas.

As aplicações estão dispersas por mais de uma dezena de instituições, acima de tudo com o intuito de desconcentração, que lhes confere menor risco.

No exercício de 2009 as actividades financeiras e de investimento sofreram um ligeiro incremento de 0,45 por cento, a que corresponde um crescimento de 1.128 milhares de euros. A rubrica que mais contribui para a formação deste agregado, continua a ser as "Aplicações em OIC" com 78 por cento, seguindo-se as "Actividades de investimento" e a rubrica de "Caixa e disponibilidades" com cerca de 15 e 7 pontos percentuais, respectivamente.

Da análise do quadro, pode-se concluir que as variações negativas reflectidas nos agregados de "Caixa e disponibilidades" e "Aplicações em OIC", justificam na quase totalidade o incremento verificado nas actividades de investimento, visto que, a instituição adoptou como política a mobilização parcial de verbas aplicadas em OIC e Caixa para títulos de dívida pública e bilhetes de tesouro.

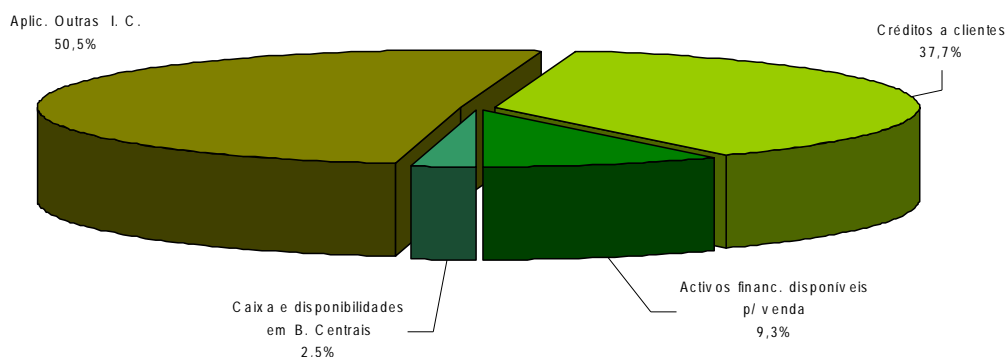
A rubrica "Activos financeiros disponíveis para venda" engloba os instrumentos de dívida e os instrumentos de capital. O montante aplicado em instrumentos de capital não sofreu alterações no exercício estando fixo em cerca de 1.214 milhares de euros, sendo constituídos por títulos de capital da SIBS (99,73 por cento), da SWIFT (0,17 por cento) e da Agrimútu, FCRL (0,10 por cento).

ACTIVIDADES FINANCEIRAS E DE INVESTIMENTO

(milhares de euros)

| Rubricas | 2009 | | 2008 | | Variação | |
|-----------------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|--------------|-------------|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Caixa e disponibilidades | 16.885 | 6,64 | 21.734 | 8,59 | -4.849 | -22,31 |
| Aplicações em OIC | 199.369 | 78,46 | 213.432 | 84,37 | -14.063 | -6,59 |
| Actividades de investimento | 37.858 | 14,90 | 17.818 | 7,04 | 20.040 | 112,47 |
| TOTAL | 254.112 | 100,00 | 252.984 | 100,00 | 1.128 | 0,45 |

ACTIVOS



6. GESTÃO DE RISCOS

A CCAML, prossequindo com as orientações estratégicas para o risco e com os objectivos de negócio estabelecidos, assegurou em 2009 uma Gestão e Riscos dentro dos níveis aí definidos, assegurando o desenvolvimento de controlos internos apropriados e mantendo elevados níveis de solvabilidade.

Dando seguimento aos trabalhos de organização e desenvolvimento do Sistema de Gestão de Riscos, a CCAML implementou em 2009 a realização de um programa de Testes de Esforço, assegurando a participação no exercício de *Stress-testing* promovido pelo Banco de Portugal, em cumprimento da Instrução n.º 18/2008 do Banco de Portugal.

No mesmo sentido, foi implementado o Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno, nos termos da Instrução n.º 15/2007 do Banco de Portugal, que promove a execução de uma avaliação interna sistematizada sobre a adequação do Capital Interno da CCAML, para fazer face aos seus riscos.

Em 2009, foi elaborado pela primeira vez o relatório Disciplina de Mercado, que poderá ser consultado no sítio da net da CCAML (em www.caixaleiria.pt/informacao_financeira), através do qual se faculta a informação sobre os riscos incorridos, considerando os requisitos de divulgação pública de informação, em cumprimento do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2007.

De referir ainda a conclusão dos trabalhos de implementação do reporte de liquidez, em novos moldes, previstos pela Instrução n.º 13/2009 do Banco de Portugal, incorporando as alterações exigidas, permitindo o controlo dos níveis de liquidez, com a identificação dos *mismatch* e dos *gaps* de liquidez.

No que diz respeito aos riscos a que a CCAML está exposta, no âmbito do exercício da sua actividade, estes são de diversa ordem. Atendendo à análise realizada, considerando a sua materialidade, existem dois riscos que assumem maior relevância: O risco de Crédito e o risco Operacional.

a) Risco de crédito

O risco de crédito, principal risco subjacente à actividade, merece particular atenção por parte da CCAML que procura aplicar critérios de rigor na concessão de crédito como forma de o minimizar. Em 2009 foram seguidas as medidas para a avaliação do crédito, mantendo o rigor adequado com os objectivos de melhoria da concessão de crédito e de reforço das garantias. Neste sentido, apesar do contexto macroeconómico negativo, com consequências ao nível do crédito vencido, foi possível obter um crescimento relevante do volume de crédito, que incidiu essencialmente sobre classes de menor risco, e ainda um reforço da cobertura das posições com garantias reais.

b) Risco operacional

A estratégia e os processos de gestão do risco operacional da CCAML assentam no desenvolvimento dos controlos apropriados para a minimização da exposição a estes riscos e da mitigação dos seus efeitos. Neste sentido e na sequência da elaboração do manual de Risco Operacional, foi implementado o processo de recolha de informação de eventos de risco, atendendo às perdas financeiras que daí advêm e ainda os eventos ocorridos ainda que sem perda financeira, considerando a elaboração de uma base de dados e composição de reportes, com o reforço das fontes de captação de informação de uma forma mais sistematizada.

Procedeu-se, ainda, ao acompanhamento e desenvolvimento de acções de mitigação de risco operacional, considerando as deficiências detectadas através do Sistema de Controlo Interno.

Para os demais riscos, foi mantido um processo de vigilância no sentido da identificação, avaliação, controlo e acompanhamento aos riscos inerentes. De referir os desenvolvimentos operados no sentido de reforçar a conformidade com os regulamentos para a actividade, entretanto instituídos pelo Banco de Portugal, contribuindo assim, de forma muito significativa para a mitigação de risco de "compliance", que poderiam advir.

7. DIMENSÃO E ÁREA DE MEIOS

7.1 – Dimensão

Da análise e interpretação dos indicadores de dimensão abaixo indicados, pode-se concluir que no último triénio a Caixa de Leiria tem vindo a consolidar a sua dimensão, crescendo, consecutivamente, o Activo líquido, os Recursos próprios, o número de contas D. O. activas e incrementando o aumento dos terminais de pagamento automático, tendo-se verificado um crescimento em 2008 de 24 unidades e em 2009 a redução de 1 unidade. Em relação ao número de trabalhadores, no último triénio, houve uma redução em 5 trabalhadores, mantendo-se o mesmo número de balcões.

| INDICADORES DE DIMENSÃO | Unidade | 2009 | 2008 | 2007 |
|--------------------------------|------------------|---------|---------|---------|
| Activo líquido do balanço | <i>mil euros</i> | 413.395 | 399.735 | 385.181 |
| Activo líquido médio | <i>mil euros</i> | 409.243 | 392.717 | 382.595 |
| Recursos próprios do balanço | <i>mil euros</i> | 47.467 | 45.141 | 39.355 |
| Recursos próprios médios | <i>mil euros</i> | 46.832 | 43.130 | 37.401 |
| Número de trabalhadores | <i>unidades</i> | 106 | 107 | 111 |
| Balcões | <i>unidades</i> | 16 | 16 | 16 |
| Contas de D.O. activas | <i>unidades</i> | 43.895 | 43.315 | 42.855 |
| Caixas automáticos | <i>unidades</i> | 22 | 25 | 25 |
| Terminais pagamento automático | <i>unidades</i> | 222 | 223 | 199 |

7.2 – Área de Meios

7.2.1 – Recursos humanos

7.2.1.1 – Quadro de pessoal

No ano de 2009, o quadro de pessoal da Caixa Agrícola de Leiria diminuiu em uma unidade, não se tendo registado qualquer admissão.

Em 31 de Dezembro a Caixa tinha ao seu serviço 106 trabalhadores.

7.2.1.2 – Formação

No exercício de 2009, realizaram-se as restantes acções de formação, no círculo do Quadro Comum para a Recirculação das Notas de Euro, promovidas pelo Banco de Portugal, tendo sido frequentadas por 29 colaboradores da Caixa de Leiria, concluindo assim, o plano de migração em matéria de conhecimento das notas de euro no âmbito do Eurosistema.

No Banco de Portugal, foram ainda frequentados outros cursos em matéria de recirculação de notas de euro e gestão do numerário pelo sistema bancário.

Atendendo à grande alteração às taxas de juro da Caixa, através da migração para taxas de juro indexadas à *Euribor*, desenvolveram-se acções de formação internas, nomeadamente, a apresentação do novo simulador e migração para taxas de juro indexadas referentes ao crédito habitação, com o intuito de dotar os colaboradores com um grau de conhecimento capaz de esclarecer os clientes acerca de dúvidas que advenham desta grande alteração ao regime de taxas de juro (indexante + *spread*).

Face ao aumento da carteira de seguros, ao grau de conhecimento que os diferentes produtos exigem nos diferentes tipos de apólices do ramo vida e não vida, foram promovidas acções de formação nas áreas de gestão de sinistros auto e acidentes de trabalho e subscrição de contratos de seguro de saúde, ministradas pela CA Seguros e frequentadas por todos os colaboradores afectos aos balcões.

Foram ainda frequentados por vários colaboradores, diversos cursos nomeadamente nas áreas de contas e depósitos bancários, riscos de crédito, Casa Pronta, registos e notariado, crédito habitação, cálculo financeiro, mercados e produtos financeiros, SNC - Sistemas de Normalização Contabilística, encerramento de contas e fiscalidade, ministrados pelo Instituto de Formação Bancária e pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

7.2.2 – Recursos tecnológicos e informáticos

Cada vez mais, esta é uma área à qual é exigida a utilização de recursos tecnológicos e informáticos de ponta e do mais actualizado no mercado. As constantes mutações neste segmento e as imposições legais por parte da entidade reguladora e da SIBS, também devido à procura contínua de melhorias internas e mais fiáveis soluções de operacionalidade, obrigam a que todos os anos seja necessário despendar consideráveis investimentos neste âmbito.

No ano de 2009 merecem menção, os seguintes:

- Adaptação dos módulos aplicativos a diversas áreas, devido a imposições legais da entidade reguladora, nomeadamente: transferências (SEPA); meios de pagamentos (cartões); central de riscos de crédito; empréstimos; C/C; letras; manutenção de clientes; extracto integrado; plataforma de taxas de juro (migração para taxas indexadas à *Euribor*), entre outras;
- Aquisição de solução de impressão para adaptação aos extractos integrados (equipamento e software) e de nova aplicação – simulador de crédito - para dar cumprimento às exigências legais;
- Aquisição de software de *Backup/Sincronização (SynkBack)* e actualização de licenciamento da solução técnica de segurança (hardware e software);

- Renovação da solução de *Homebanking* para actualização do módulo de empresa e aquisição de pacote de 100 contas de correio;
- Aquisição de diversos equipamentos (hardware), nomeadamente, impressoras a laser, entre outros.

7.2.3 – Meios de pagamento

A actividade do “Serviço Caixa de Leiria On-line”, com cerca de 45 mil acessos durante o ano de 2009 e um crescimento no número de contratos superior a 35%, assumiu-se como sendo um importante canal de acesso alternativo, indispensável ao incremento da eficiência e do serviço prestado aos clientes. Com um crescimento do volume de transacções superior a 100%, este Serviço ainda está numa fase de crescimento, estando a ser bem acolhido pelos clientes.

No que respeita a actividade dos cartões bancários, registou-se um crescimento superior a 6% do volume de cartões, acompanhando os níveis de crescimento de anos anteriores, superando mesmo os níveis do mercado.

A oferta de cartões de crédito, existente em resultado do protocolo com a Unicre, foi alargada com a disponibilização de um tipo de cartão adicional, sem anuidade (cartão Unibanco Clássico), registando um crescimento superior a 8%.

No âmbito da área de terminais, manteve-se estável o número de Terminais de Pagamento Automático e registou-se um decréscimo no número de Caixas Automáticas. Esta diminuição resultou do facto de três dos Caixas Automáticos terem sido objecto de furto durante o ano de 2009.

7.2.4 – Edifício Sede

As obras de restauro, de conservação e de construção nova do Palácio dos *Ataídes*, edifício sede da Caixa de Leiria, encontram-se em fase de acabamentos, prevendo-se a sua conclusão em meados deste ano.

As obras revestiram-se de uma morosidade não prevista inicialmente, mas perfeitamente justificada pela antiguidade e nobreza da edificação, uma vez tratar-se de um edifício histórico e emblemático da cidade, conciliando-se a preservação das características arquitectónicas à adaptação às exigências de utilização para o fim a que se destina.

8. ÁREA SOCIAL

A Caixa de Leiria em 2009 alcançou um universo de 12.865 associados, registando o seguinte movimento:

| | |
|--|---------------|
| Sócios em 31 de Dezembro de 2008 | 12 948 |
| Sócios admitidos no ano de 2009 | 48 |
| | <hr/> |
| | 12 996 |
| Sócios demitidos a seu pedido no ano de 2009 | 51 |
| Sócios falecidos e excluídos no ano de 2009 | 80 |
| | <hr/> |
| Sócios existentes em 31 de Dezembro de 2009 | 12 865 |

9. RESULTADOS, EFICIÊNCIA E RENDIBILIDADE

9.1 – Análise e decomposição dos resultados

Não obstante o contexto de mercado em que foi desenvolvida a actividade em 2009, a Caixa de Leiria atingiu, após as deduções dos Impostos, um Resultado líquido do exercício de 2.041 milhares de euros, que representam um decréscimo em relação a 2008 de 59,61 por cento.

A contribuir para esta variação negativa na formação dos resultados esteve o desempenho da margem financeira, visto apresentar uma quebra de cerca de 29 por cento em relação ao ano anterior.

Os resultados operacionais em 2009 fixaram-se nos 3.770 milhares de euros, menos 3.217 milhares de euros do que no exercício anterior, ou seja, decresceram cerca de 46 pontos de percentagem.

Depois de contabilizadas as rubricas das amortizações, das provisões e das imparidades atingiu-se um Resultado de exploração antes de impostos, de 2.346 milhares de euros, que representa uma redução percentual de 62,31 por cento face ao período homólogo do ano anterior, justificado em grande parte pela variação da rubrica “Reposição e anulação de provisões” tendo-se registado, no ano em análise, um valor líquido que traduz maior montante de reposições do que anulações, à semelhança do que havia acontecido no ano de comparação transacto.

DISCRIMINAÇÃO DA EVOLUÇÃO ANUAL DOS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

(milhares de euros)

| Impacto positivo | | Impacto negativo | |
|--|------------|---|--------------|
| Origem | Valor | Origem | Valor |
| Outros resultados | 536 | Margem financeira | 3.333 |
| Amortizações do exercício | 37 | Resultados de serviços e comissões | 40 |
| Provisões p. riscos gerais de crédito, líquidas reposições e anulações | 86 | Gastos com pessoal | 88 |
| Imparidade de outros activos | 137 | Gastos gerais administrativos | 201 |
| | | Outros resultados de exploração | 91 |
| | | Provisões p. crédito cobr. duvidosa e crédito vencido, líquidas de reposições e anulações | 923 |
| TOTAL | 796 | TOTAL | 4.676 |

Variação = -3.880

De seguida é analisado individualmente, para uma melhor compreensão, o comportamento de cada variável (com impacto positivo ou negativo) que influencia a formação do Resultado de exploração.

Variáveis com impacto positivo:

- O agregado de “Outros resultados” viu crescer o seu saldo em 536 milhares de euros;
- As amortizações registaram um decréscimo ténue de 37 mil euros;
- A conta, que integra os movimentos de provisões líquidas para riscos gerais de crédito, registou um decréscimo ligeiro de 86 milhares de euros;
- As imparidades de activos não financeiros decresceram.

Variáveis com impacto negativo:

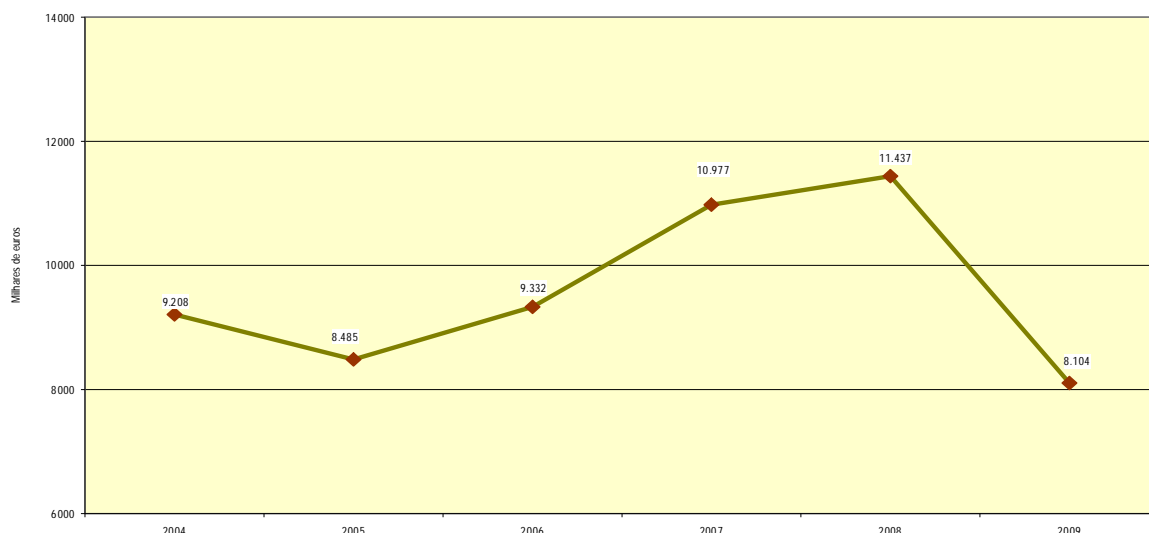
- A Margem Financeira, isto é, a diferença entre os juros e rendimentos similares recebidos e os juros e encargos dispendidos foi inferior à do exercício anterior, com impacto significativo no resultado;
- O saldo líquido dos rendimentos e dos encargos de serviços e comissões apresentou uma variação ligeiramente desfavorável no ano em análise, face a 2008;
- Os gastos com pessoal cresceram moderadamente, na ordem dos 88 mil euros;
- Os gastos gerais administrativos cresceram em relação aos do exercício anterior;
- A rubrica de “Outros resultados de exploração” viu decrescer o seu saldo em 91 mil euros;
- A conta, que integra os movimentos de provisões líquidas para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido, registou um crescimento substancial de 923 milhares de euros.

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS

(milhares de euros)

| Rubricas | 2009 | 2008 | Variação | |
|--|--------------|---------------|---------------|---------------|
| | | | Valor | % |
| 1 Juros e rendimentos similares | 15.297 | 21.275 | -5.978 | -28,10 |
| 2 Juros e encargos similares | 7.193 | 9.838 | -2.645 | -26,88 |
| 3 MARGEM FINANCEIRA (1-2) | 8.104 | 11.437 | -3.333 | -29,14 |
| 4 Rendimentos de instrumentos de capital | 13 | 10 | 3 | 28,35 |
| 5 Rendimentos de serviços e comissões | 1.181 | 1.255 | -74 | -5,90 |
| 6 Encargos com serviços e comissões | 307 | 342 | -35 | -10,24 |
| 7 Result. activos e passivos av. justo valor através resultados | 0 | 0 | 0 | - |
| 8 Resultados activos financeiros disponíveis p/ venda | 267 | 275 | -8 | -3,09 |
| 9 Resultados de reavaliação cambial | 9 | 13 | -4 | -29,44 |
| 10 Resultados de alienação de outros activos | 1 | -543 | 544 | -100,19 |
| 11 Outros resultados de exploração | 171 | 262 | -91 | -34,58 |
| 12 PROD. BANCÁRIO EXPLORAÇÃO (3+4+5-6+7+8+9+10+11) | 9.439 | 12.367 | -2.928 | -23,68 |
| 13 Gastos com o pessoal | 4.161 | 4.073 | 88 | 2,15 |
| 14 Gastos gerais administrativos | 1.508 | 1.307 | 201 | 15,38 |
| 15 GASTOS ADMINISTRATIVOS (13+14) | 5.669 | 5.380 | 289 | 5,38 |
| 16 RESULTADO OPERACIONAL (12-15) | 3.770 | 6.987 | -3.217 | -46,05 |
| 17 Amortizações do exercício | 384 | 421 | -37 | -8,79 |
| 18 Provisões líquidas de reposições e anulações | -57 | 29 | -86 | -295,54 |
| 19 Reposição e anulação de provisões | 1.049 | 126 | 923 | 730,87 |
| 20 Imparidade outros activos financeiros líq. reversões e recuperações | 0 | 0 | 0 | - |
| 21 Imparidade outros activos líquida reversões e recuperações | 48 | 186 | -138 | -74,20 |
| 22 RESULT. EXERCÍCIO ANTES DE IMPOSTOS (16-17-18-19-20-21) | 2.346 | 6.225 | -3.880 | -62,31 |
| 23 Impostos correntes | 441 | 1.107 | -666 | -60,17 |
| 24 Impostos diferidos | -136 | 64 | -200 | -312,50 |
| 25 LUCRO DO EXERCÍCIO (22-23-24) | 2.041 | 5.054 | -3.013 | -59,61 |

EVOLUÇÃO DA MARGEM FINANCEIRA



Os Juros e rendimentos similares recebidos são formados na quase totalidade pelos juros recebidos, da remuneração das Aplicações em OIC (cerca de 51 por cento) e dos créditos concedidos a clientes (cerca de 42 pontos percentuais), enquanto que os Juros e encargos dispendidos são formados essencialmente pelos juros pagos referentes à remuneração dos recursos dos clientes (absorvendo cerca de 95 pontos de percentagem).

FORMAÇÃO DA MARGEM FINANCEIRA

(milhares de euros)

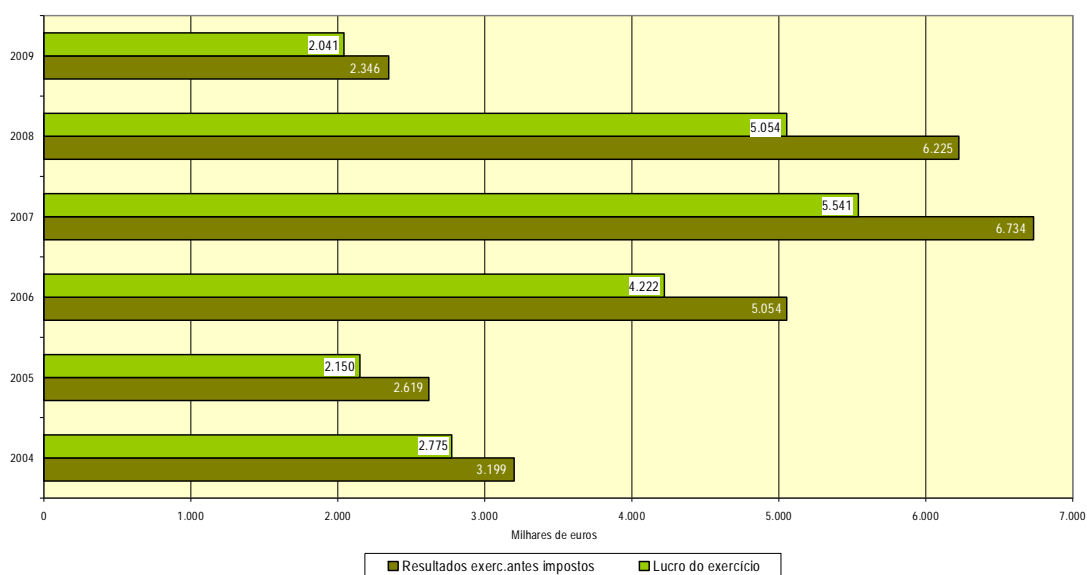
| Rubricas | 2009 | | 2008 | | Variação | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Juros recebidos, dos quais: | 15.297 | 100,00 | 21.275 | 100,00 | -5.978 | -28,10 |
| Aplicações em OIC | 7.793 | 50,94 | 11.865 | 55,77 | -4.072 | -34,32 |
| Crédito a clientes | 6.460 | 42,23 | 8.222 | 38,65 | -1.762 | -21,43 |
| Juros de crédito vencido | 177 | 1,17 | 377 | 1,77 | -200 | -52,87 |
| Juros e rendi/ similares de outros activos financeiros | 867 | 5,66 | 811 | 3,81 | 56 | 6,88 |
| Juros pagos, dos quais: | 7.193 | 100,00 | 9.838 | 100,00 | -2.645 | -26,88 |
| Recursos de clientes | 6.816 | 94,76 | 9.301 | 94,54 | -2.485 | -26,72 |
| Outros | 377 | 5,24 | 537 | 5,46 | -160 | -29,81 |
| MARGEM FINANCEIRA | 8.104 | 0,00 | 11.437 | 0,00 | -3.333 | -29,14 |

FORMAÇÃO DAS COMISSÕES

(milhares de euros)

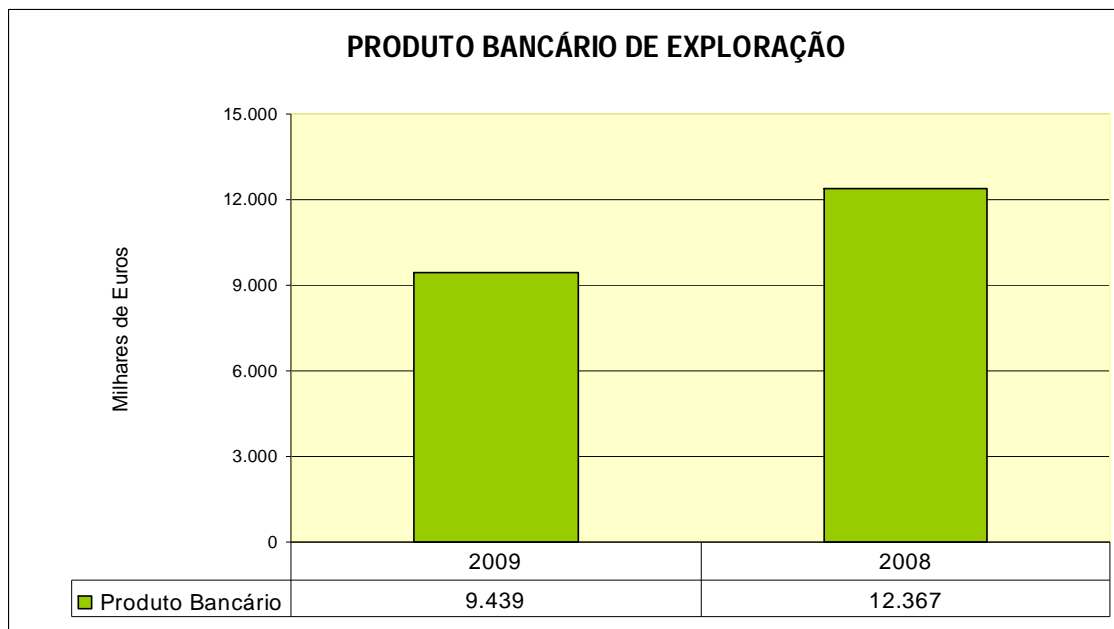
| Rubricas | 2009 | | 2008 | | Variação | |
|--|--------------|---------------|--------------|---------------|------------|---------------|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Comissões recebidas, dos quais: | 1.181 | 100,00 | 1.255 | 100,00 | -74 | -5,90 |
| Por garantias prestadas | 89 | 7,56 | 99 | 7,94 | -10 | -10,39 |
| Por serviços prestados | 895 | 75,78 | 960 | 76,49 | -65 | -6,78 |
| Por operações realizadas p/ conta de terceiros | 128 | 10,82 | 148 | 11,76 | -20 | -13,43 |
| Outras comissões | 69 | 5,84 | 48 | 3,81 | 21 | 44,23 |
| Comissões pagas, dos quais: | 307 | 100,00 | 342 | 100,00 | -35 | -10,09 |
| Por serviços bancários de terceiros | 250 | 81,25 | 258 | 75,37 | -8 | -3,09 |
| Outras comissões | 57 | 18,75 | 84 | 24,63 | -27 | -31,53 |
| COMISSÕES LÍQUIDAS | 874 | 0,00 | 913 | 0,00 | -39 | -4,34 |

RESULTADOS DO EXERCÍCIO



9.2 – Produto bancário

O produto bancário decresceu no ano, em 23,68 pontos de percentagem, devido em grande parte à quebra acentuada e generalizada das taxas de juro nas operações activas, à diminuição da remuneração das aplicações em instituições de crédito, apesar do aumento do crédito a clientes em 8,90 por cento, que se traduziu em redução da Margem Financeira em 29 pontos percentuais aproximadamente.



O produto bancário de exploração é formado em grande parte pela rubrica Margem Financeira, com 85,86 por cento face aos 92,48 verificados no ano anterior, pelas Comissões líquidas e por Outros resultados apresentando 9,26 e 4,88 pontos percentuais, respectivamente.

A descida da Margem Financeira poderia ter sido mais desfavorável se não tivesse existido a adopção de políticas atentas de harmonia entre as taxas das operações activas e passivas.

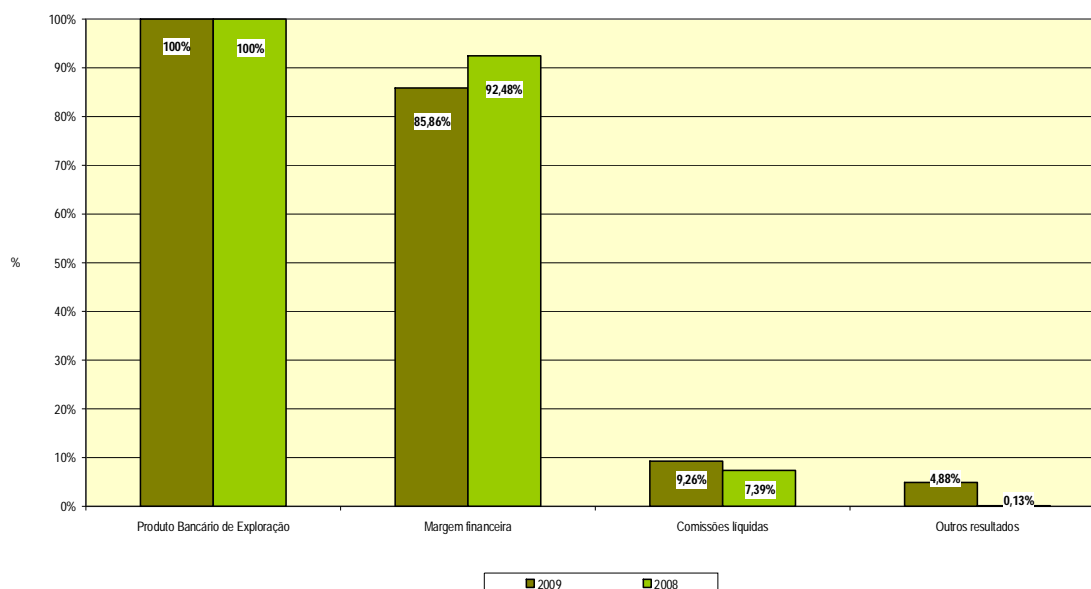
Apesar dos condicionalismos resultantes da crise financeira mundial, ainda foi possível fazer crescer os "Outros resultados" contrariamente ao verificado em anos anteriores, fruto da adopção de políticas prudenciais e concertadas.

FORMAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO

(milhares de euros)

| | 2009 | | 2008 | | Variação | |
|---------------------------------------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Margem financeira | 8.104 | 85,86 | 11.437 | 92,48 | -3.333 | -29,14 |
| Comissões líquidas | 874 | 9,26 | 913 | 7,39 | -39 | -4,34 |
| Outros resultados | 461 | 4,88 | 17 | 0,13 | 444 | 2738,35 |
| Produto Bancário de Exploração | 9.439 | 100,00 | 12.367 | 100,00 | -2.928 | -23,68 |

FORMAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO



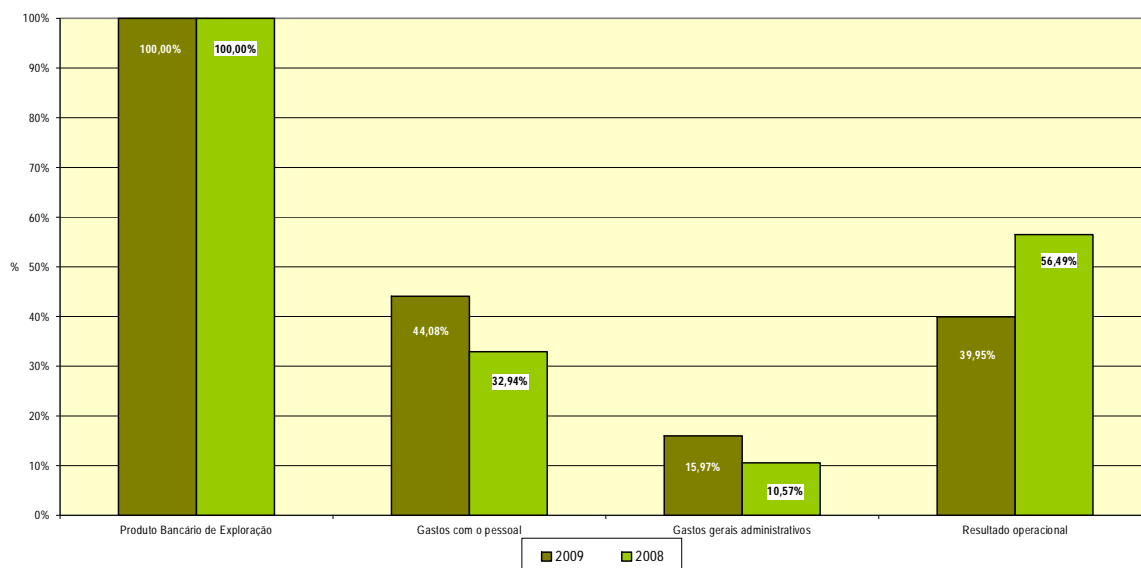
Pela perspectiva de aplicação/distribuição do produto bancário, constata-se que a rubrica Gastos com o pessoal continua a ser a que regista maior peso, com 44,08 por cento face aos 32,94 do ano anterior, seguindo-se a rubrica Resultado operacional com 39,95 pontos percentuais (56,49 em 2008) e, finalmente, a rubrica Gastos gerais administrativos com 15,97 pontos de percentagem (10,57 em 2008).

APLICAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO

(milhares de euros)

| | 2009 | | 2008 | |
|---------------------------------------|--------------|---------------|---------------|---------------|
| | Valor | % | Valor | % |
| Gastos com o pessoal | 4.161 | 44,08 | 4.073 | 32,94 |
| Gastos gerais administrativos | 1.508 | 15,97 | 1.307 | 10,57 |
| Resultado operacional | 3.770 | 39,95 | 6.987 | 56,49 |
| Produto Bancário de Exploração | 9.439 | 100,00 | 12.367 | 100,00 |

APLICAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO



9.3 – Eficiência

O rácio "*cost-to-income*", que relaciona os gastos de funcionamento com o produto bancário, registado em 2009 foi de 64,13 pontos percentuais face aos 46,91 verificados no período homólogo anterior. Este resultado menos favorável traduz o panorama de crescimento controlado dos gastos de funcionamento previsto no plano e a conjuntura de queda acentuada das taxas de juro verificadas a partir do final de 2008 até à actualidade, reflectindo-se na redução da Margem Financeira (aproximadamente em 1/3), com a consequente descida do Produto Bancário de exploração.

Cálculo do rácio de eficiência total (*cost-to-income*)

| | Unidade | 2009 | 2008 |
|------------------------------------|------------------|--------------|---------------|
| Gastos com o pessoal | mil euros | 4.161 | 4.073 |
| Gastos gerais administrativos | mil euros | 1.508 | 1.307 |
| Amortizações do exercício | mil euros | 384 | 421 |
| Gastos de funcionamento (A) | mil euros | 6.053 | 5.801 |
| Produto bancário (C) | mil euros | 9.439 | 12.367 |
| RÁCIO COST-TO-INCOME (A/C) | % | 64,13 | 46,91 |

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DE ESTRUTURA

(milhares de euros)

| Contas | 2009 | 2008 | Variação | |
|--|---------------|---------------|-------------------|---------------|
| | | | Valor | % |
| 1. Gastos com pessoal | 4.161 | 4.073 | 88 | 2,15 |
| Remuneração de órgãos de gestão e fiscalização | 300 | 290 | 10 | 3,52 |
| Remuneração de empregados | 2.923 | 2.828 | 95 | 3,37 |
| Encargos sociais obrigatórios | 886 | 894 | -8 | -0,93 |
| Outros custos com pessoal | 52 | 61 | -9 | -15,64 |
| 2. Gastos gerais administrativos | 1.508 | 1.307 | 201 | 15,32 |
| Fornecimento de terceiros | 192 | 179 | 13 | 7,55 |
| Rendas e alugueres | 28 | 27 | 1 | 4,88 |
| Comunicações | 197 | 279 | -82 | -29,41 |
| Deslocações, estadas e representações | 68 | 70 | -2 | -3,83 |
| Publicidade e edição de publicações | 36 | 25 | 11 | 46,27 |
| Conservação e reparação | 40 | 80 | -40 | -49,80 |
| Transportes | 6 | 3 | 3 | 103,40 |
| Formação de pessoal | 9 | 2 | 7 | 290,24 |
| Seguros | 32 | 31 | 1 | 3,23 |
| Serviços especializados | 496 | 433 | 63 | 14,52 |
| Outros serviços de terceiros | 404 | 178 | 226 | 126,89 |
| 3. Amortizações do exercício | 384 | 421 | -37 | -8,64 |
| Imóveis | 120 | 119 | 1 | 0,79 |
| Equipamento | 209 | 228 | -19 | -8,54 |
| Software | 55 | 74 | -19 | -24,41 |
| 4. TOTAL DOS CUSTOS DE ESTRUTURA | 6.053 | 5.801 | 252 | 4,33 |
| 5. PRODUTO BANCÁRIO DE EXPLORAÇÃO | 9.439 | 12.367 | -2.928 | -23,68 |
| Margem financeira | 8.104 | 11.437 | -3.333 | -29,14 |
| Resultado de comissões e de outros | 1.335 | 930 | 405 | 43,53 |
| 6. RÁCIO COST-TO-INCOME (4/5) | 64,13% | 46,91% | 17,22 p.p. | 36,70 |

EFICIÊNCIA RELATIVA

(em percentagem)

| Rácios | 2009 | 2008 | Variação | |
|---|--------------|--------------|--------------|-------------------|
| | | | Valor | % |
| 1. Gastos com pessoal / Produto bancário exploração | 44,08 | 32,94 | 11,15 | p.p. 33,84 |
| 2. Gastos gerais administrativos / Produto bancário | 15,97 | 10,57 | 5,40 | p.p. 51,10 |
| 3. Amortizações exercício / Produto bancário exploração | 4,08 | 3,40 | 0,67 | p.p. 19,70 |
| 4. RÁCIO <i>COST-TO-INCOME</i> (1+2+3) | 64,13 | 46,91 | 17,22 | p.p. 36,70 |

INDICADORES DE FUNCIONAMENTO/PRODUTIVIDADE

| INDICADORES DE FUNCIONAMENTO / PRODUTIVIDADE | Unidade | 2009 | 2008 |
|---|-----------|--------|--------|
| Activo líquido / N.º de trabalhadores | mil euros | 3.900 | 3.736 |
| Custos administrativos / Activo líquido | % | 1,37% | 1,35% |
| Depósitos / N.º trabalhadores | mil euros | 3.343 | 3.174 |
| Gastos com pessoal / Recursos alheios | % | 1,17% | 1,19% |
| Produto bancário exploração / N.º trabalhadores | mil euros | 89 | 116 |
| Volume de negócios / N.º trabalhadores | mil euros | 7.193 | 6.888 |
| Crédito a clientes / Recursos de clientes | % | 43,41% | 41,23% |
| Total de trabalhadores / N.º balcões | em n.º | 6,6 | 6,7 |

A maioria dos indicadores de funcionamento e produtividade apresenta melhorias, destacando-se para além do acréscimo do Activo líquido por colaborador de 164 mil de euros, fixando-se em 3.900 milhares de euros (+ 4,39), o aumento do volume de negócios por colaborador, que se fixou em 7.193 milhares de euros em 2009, o incremento do total de depósitos por colaborador em 169 milhares de euros, alcançando 3.343 mil euros, o aumento do crédito a clientes face aos recursos aforrados por estes cifrando-se em 43,41 por cento (+ 2,18) e a redução do número de colaboradores médio por balcão, passando de 6,7 em 2008 para 6,6 em 2009.

Os indicadores que medem o grau de eficiência da Caixa de Leiria são satisfatórios face à conjuntura económico-financeira actual que se vive no sector bancário.

9.4 – Rendibilidade

Para um Resultado do exercício antes de impostos de 2.346 milhares de euros, alcançou-se uma rendibilidade dos capitais próprios (ROE) de 4,36 por cento, (11,72 em 2008) e uma rendibilidade do activo (ROA) de 0,50 pontos de percentagem face aos 1,29 verificados no período homólogo do ano anterior, justificado em grande parte pela redução da margem de lucro em 9,32 pontos percentuais.

| INDICADORES DE RENDIBILIDADE | Unidade | 2009 | 2008 |
|--|---------|--------|--------|
| A. Margem de lucro (ml) | % | 11,40% | 20,72% |
| B. Rendimento dos activos (ra) | % | 4,37% | 6,21% |
| C. Rendibilidade do activo líquido (ROA) = (ml) x (ra) | % | 0,50% | 1,29% |
| D. Relação Activo líquido médio / Recursos próprios médios | n.º | 8,74 | 9,11 |
| E. Rendibilidade dos recursos próprios (ROE) | % | 4,36% | 11,72% |
| F. Resultados antes impostos / Activo líquido médio | % | 0,57% | 1,59% |
| G. Produto bancário / Activo líquido médio | % | 2,31% | 3,15% |
| H. Resultados antes impostos / Recursos próprios médios | % | 5,01% | 14,43% |

A. Resultados do exercício / Proveitos totais

B. Proveitos totais / Activo líquido médio

E. ROE = C x D

O CASH-FLOW atingiu o valor de 3.770 milhares de euros, registando um decréscimo de 46,05 por cento face ao ano transacto, traduzido, fundamentalmente, num crescimento de 205 pontos percentuais das Provisões e Imparidades líquidas e na desaceleração da margem de lucro, que se reflectiu negativamente no Resultado do exercício.

ESTRUTURA DO CASH-FLOW

(milhares de euros)

| Rubricas | 2009 | | 2008 | | Variação | |
|---|--------------|---------------|--------------|---------------|---------------|---------------|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| CASH-FLOW | 3.770 | 100,00 | 6.987 | 100,00 | -3.217 | -46,05 |
| Amortizações | 384 | 10,20 | 421 | 6,02 | -37 | -8,79 |
| Provisões e imparidades líquidas | 1.040 | 27,58 | 341 | 4,88 | 699 | 205,16 |
| Resultados do exercício antes de impostos | 2.346 | 62,22 | 6.225 | 89,10 | -3.879 | -62,31 |

10. INDICADORES PRUDENCIAIS

GAPS DINÂMICOS DE POSIÇÃO DE LIQUIDEZ EM 31 DE DEZEMBRO

(milhares de euros)

| Posições à data de referência + Valores Provisionais | Intervalos Temporais | | | | |
|--|------------------------|---------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|
| | À vista e até 1 semana | Superior a 1 semana e até 1 mês | Superior a 1 mês e até 3 meses | Superior a 3 meses e até 6 meses | Superior a 6 meses e até 12 meses |
| <i>Mismatches</i> Acumulados 2009 | 206 | 27.313 | 75.497 | 28.496 | 5.745 |

A Caixa de Leiria apresentou, no final de 2009, um *gap* dinâmico de liquidez acumulado até aos 12 meses seguintes de 5.745 milhares de euros, evidenciando uma situação de liquidez de curto prazo consistente uma vez que esses *gaps* reflectem o plano de tesouraria (advindo o risco de liquidez dos diferentes prazos médios das operações activas e passivas).

| INDICADORES | Unidade | 2009 | 2008 |
|--|---------|-------|-------|
| Rácio de solvabilidade | % | 31,85 | 28,51 |
| Imobilizado líquido / Fundos próprios | % | 24,72 | 24,42 |
| Provisões crédito / Crédito e juros vencidos | % | 92,95 | 93,89 |
| Provisões para riscos gerais crédito / Crédito concedido | % | 0,88 | 1,00 |

O rácio de solvabilidade fixou-se em 31,85 pontos percentuais, demonstrando um crescimento de 3,34 por cento face ao período homólogo anterior, tendo o Tier 1 (equivalente à adequação dos Fundos Próprios de Base) atingido 31,38 pontos de percentagem.

A relação entre o imobilizado líquido e os fundos próprios mostram um ligeiro crescimento de 0,30 por cento, cifrando-se nos 24,72 pontos percentuais.

Os indicadores analisados cumprem largamente os valores de referência estabelecidos pela entidade reguladora de supervisão.

Os restantes indicadores prudenciais analisados afiguram-se compatíveis e adequados às normas recomendadas.

ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS (a)

(milhares de euros)

| Rubricas | 2009 | 2008 | Variação | |
|---|----------------|----------------|------------------|--------------|
| | | | Valor | % |
| Fundos próprios base elegíveis | 51.398 | 46.525 | 4.873 | 10,47 |
| Fundos próprios complementares elegíveis | 1.731 | 1.788 | -57 | -3,20 |
| Deduções | 962 | 738 | 224 | 30,33 |
| 1. Fundos próprios elegíveis | 52.166 | 47.575 | 4.592 | 9,65 |
| 2. Activos e elementos extra patrimoniais ponderados | 141.340 | 143.797 | -2.457 | -1,71 |
| 3. Requisitos de fundos próprios | 13.101 | 13.348 | -247 | -1,85 |
| 4. Fundos próprios disponíveis (1-3) | 39.065 | 34.227 | 4.839 | 14,14 |
| 5. RÁCIO DE SOLVABILIDADE (1 / (3 x 12,5)) | 31,85% | 28,51% | 3,34 p.p. | 11,72 |

ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE (a)

(milhares de euros)

| Rubricas | 2009 | 2008 | Variação | |
|--|---------------|---------------|------------------|--------------|
| | | | Valor | % |
| 1. Fundos próprios de base | 51.398 | 46.525 | 4.873 | 10,47 |
| 2. Requisitos de fundos próprios x (12,5) | 163.764 | 166.851 | -3.087 | -1,85 |
| 3. Rácio de adequação dos Fundos próprios base (Tier 1) | 31,38% | 27,88% | 3,50 p.p. | 12,55 |

a) De acordo com as determinações do Banco de Portugal (Instrução 16/2004)

11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe à Assembleia-Geral, para os resultados líquidos apurados no fim do exercício de 2009, no montante 2 041 466,13 euros, a seguinte distribuição:

| | (em euros) |
|--|--------------|
| ▪ Cobertura de resultados transitados negativos (derivados de ajustamentos pela aplicação das NCA's) | 51 891,37 |
| ▪ Reserva legal | 1 200 000,00 |
| ▪ Reserva especial | 788 574,76 |
| ▪ Reserva para educação e formação cooperativa | 500,00 |
| ▪ Reserva para mutualismo | 500,00 |

Se esta proposta de distribuição dos excedentes líquidos merecer a aprovação da Assembleia-Geral, a situação líquida da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria passa a discriminar-se assim:

| | |
|--|----------------------|
| Capital Social | 35 131 030,00 |
| Reservas | 12 336 017,28 |
| Reserva legal | 11 000 000,00 |
| Reserva para educ.e form. Cooperativa | 17 000,00 |
| Reserva para mutualismo | 24 000,00 |
| Reservas resultantes da valorização ao justo valor | (118 004,82) |
| Reserva de reavaliação legais | 546 641,99 |
| Reservas por impostos diferidos | 23 673,95 |
| Reserva especial | 842 706,16 |
| Situação líquida | 47 467 047,28 |

Nota: Os resultados transitados negativos, no montante de 51 891,37 euros devem-se, fundamentalmente, ao reconhecimento de parte dos impactos da transição para as NCA's, decorrentes da adopção da IAS 19, referentes ao Fundo de Pensões e Encargos com o SAMS.

Nota final:

Nenhum facto relevante ocorreu desde o fim do exercício até esta data, que justifique referência especial neste relatório.

Leiria, 17 de Fevereiro de 2010

O Conselho de Administração

Balanço em base individual (NCA)

31 de Dezembro de 2009

€

| | Notas/ /Quadros anexos | Ano | | | Ano anterior |
|--|------------------------------|--|--|--------------------|--------------------|
| | | Valor antes de provisões, imparidade e amortizações | Provisões, imparidade e amortizações | Valor líquido | |
| | | 1 | 2 | 3 = 1 - 2 | |
| Activo | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais | 13 | 10,199,318 | | 10,199,318 | 11,101,914 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 14 | 6,686,111 | | 6,686,111 | 10,632,144 |
| Activos financeiros detidos para negociação | | | | | |
| Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados | | | | | |
| Activos financeiros disponíveis para venda | 15 | 37,858,158 | 0 | 37,858,158 | 17,818,124 |
| Aplicações em instituições de crédito | 16 | 199,368,873 | 0 | 199,368,873 | 213,432,341 |
| Crédito a clientes | 17 | 153,880,530 | 10,811,782 | 143,068,748 | 131,538,748 |
| Investimentos detidos até à maturidade | | | | | |
| Activos com acordo de recompra | | | | | |
| Derivados de cobertura | | | | | |
| Activos não correntes detidos para venda | 18 | 3,767,555 | 380,253 | 3,387,302 | 3,638,703 |
| Propriedades de investimento | | | | | |
| Outros activos tangíveis | 19 | 16,079,636 | 6,050,805 | 10,028,831 | 9,347,919 |
| Activos intangíveis | 20 | 1,738,124 | 1,248,803 | 489,321 | 460,449 |
| Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | 21 | 2,500 | | 2,500 | 2,500 |
| Activos por impostos correntes | 29 | 360,361 | | 360,361 | 7,610 |
| Activos por impostos diferidos | 30 | 850,248 | | 850,248 | 621,925 |
| Outros activos | 22 | 1,128,037 | 32,654 | 1,095,383 | 1,132,829 |
| Total de Activo | | 431,919,451 | 18,524,297 | 413,395,154 | 399,735,206 |

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração

Balanço em base individual (NCA)

31 de Dezembro de 2009

€

| | Notas/ /Quadros anexos | Ano | Ano anterior |
|--|------------------------------|--------------------|--------------------|
| Passivo | | | |
| Recursos de bancos centrais | | | |
| Passivos financeiros detidos para negociação | | | |
| Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados | | | |
| Recursos de outras instituições de crédito | 23 | 173,487 | 3,083,010 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 24 | 354,311,981 | 339,620,439 |
| Responsabilidades representadas por títulos | | | |
| Passivos financeiros associados a activos transferidos | | | |
| Derivados de cobertura | | | |
| Passivos não correntes detidos para venda | | | |
| Provisões | 25 | 1,361,831 | 1,419,049 |
| Passivos por impostos correntes | | | |
| Passivos por impostos diferidos | 30 | 157,107 | 64,928 |
| Instrumentos representativos de capital | 27 | 7,544,542 | 7,827,444 |
| Outros passivos subordinados | | | |
| Outros passivos | 26 | 2,379,159 | 2,579,742 |
| Total de Passivo | | 365,928,107 | 354,594,612 |
| Capital | | | |
| Capital | 27 | 35,131,030 | 30,132,535 |
| Prémios de emissão | | | |
| Outros instrumentos de capital | | | |
| Ações próprias | | | |
| Reservas de reavaliação | 28 | 452,311 | 113,928 |
| Outras reservas e resultados transitados | 28 | 9,842,240 | 9,839,836 |
| Resultado do exercício | | 2,041,466 | 5,054,295 |
| Dividendos antecipados | | 0 | 0 |
| Total de Capital | | 47,467,047 | 45,140,594 |
| Total de Passivo + Capital | | 413,395,154 | 399,735,206 |

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração

Demonstração de Resultados em base individual (NCA)

31 de Dezembro de 2009

| | | € | |
|---|------------------------------|------------------|-------------------|
| | Notas/ /Quadros anexos | Ano | Ano anterior |
| Juros e rendimentos similares | 2 | 15,296,869 | 21,274,751 |
| Juros e encargos similares | 2 | 7,192,681 | 9,837,467 |
| Margem Financeira | | 8,104,188 | 11,437,284 |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 3 | 12,716 | 9,907 |
| Rendimentos de serviços e comissões | 4 | 1,181,350 | 1,255,458 |
| Encargos com serviços e comissões | 4 | 307,177 | 341,657 |
| Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados | | | |
| Resultados de activos financeiros disponíveis para venda | 5 | 266,555 | 275,049 |
| Resultados de reavaliação cambial | 6 | 9,259 | 13,122 |
| Resultados de alienação de outros activos | 7 | 770 | -543,832 |
| Outros resultados de exploração | 8 | 171,393 | 261,985 |
| Produto bancário | | 9,439,054 | 12,367,316 |
| Custos com pessoal | 9 | 4,160,985 | 4,073,459 |
| Gastos gerais administrativos | 10 | 1,507,607 | 1,307,313 |
| Amortizações do exercício | 19 e 20 | 384,467 | 420,845 |
| Provisões líquidas de reposições e anulações | 11 | -57,218 | 29,262 |
| Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações) | 12 e 17 | 1,048,918 | 126,244 |
| Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações | | | |
| Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações | 18 | 48,366 | 185,320 |
| Resultado antes de impostos | | 2,345,929 | 6,224,873 |
| Impostos | | | |
| Correntes | 29 | 440,607 | 1,107,210 |
| Diferidos | | -136,144 | 63,368 |
| Resultado após impostos | | 2,041,466 | 5,054,295 |
| Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas | | -9,500 | -503,762 |

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – NCA'S

NOTA INTRODUTÓRIA

A CCAM de Leiria (adiante apenas designada por “CCAM”) foi constituída em 3 de Janeiro de 1915, tem actualmente como âmbito de acção e actividade os concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém, sendo a cobertura feita através de uma rede de dezasseis balcões ligados "on line" entre si e a sede.

A CCAM é uma instituição de crédito sob a forma de cooperativa de responsabilidade limitada que pratica as operações permitidas pelo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/91, de 11 de Janeiro, e alterado por vários diplomas subsequentes, tendo obtido autorização para a prática de operações de crédito com não associados, nos limites e condições previstos no n.º 2 do artigo 28.º do RJCAM, bem como operações de crédito com finalidades distintas das previstas no artigo 27.º e com os limites estabelecidos no n.º 6 do artigo 36.º-A do mesmo RJCAM.

Até ao exercício de 2005, inclusive, a CCAM preparou as suas contas de acordo com a Instrução n.º 4/96 (PCSB), tendo passado a aplicar as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) a partir do exercício de 2006.

NOTA 1 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A) Bases de Apresentação

Os valores apresentados estão expressos em euros.

Para os períodos até 31 de Dezembro de 2005, inclusive, as demonstrações financeiras da CCAM, foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas para o Sistema Bancário (“PCSB”) e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal.

A partir do exercício de 2006, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras da CCAM passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal, no Aviso n.º 1/2005, de 28 de Fevereiro, e outra legislação subsequente.

Em consequência, para as matérias reguladas no Aviso n.º 1/2005 e nos Avisos que determinam o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões, não são aplicáveis as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), sendo estas aplicáveis às restantes matérias.

As matérias reguladas no Aviso n.º 1/2005 são, em síntese, as seguintes:

A.1 - CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER DE OUTROS DEVEDORES

Entende-se por crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber) os activos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor, abrangendo a actividade típica da concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros, realizadas no âmbito da actividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito.

Na valorimetria dos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber), é observado o seguinte:

- a) Na data do reconhecimento inicial, os activos financeiros são registados pelo valor nominal, não podendo, quer nessa data quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos em reclassificações para as restantes categorias de activos financeiros;
- b) A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados;
- c) Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais, segundo a regra *pro rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês;
- d) Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria são, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo a regra da alínea anterior;
- e) Os créditos e valores a receber de outros devedores são objecto de correcção de acordo com o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões para risco específico, conforme determina o Banco de Portugal no Aviso n.º 3/95, de 30 de Junho;
- f) Para efeitos da provisão para risco específico, os créditos e juros vencidos são classificados por classe de risco, classes I a XII, de 3 a 60 meses, conforme Instrução do Banco de Portugal n.º 6/2005, de 28 de Fevereiro. As prestações vencidas e não cobradas relativas a um mesmo contrato são consideradas na classe de risco da que se encontra por cobrar há mais tempo;
- g) A provisão para risco específico varia até atingir 100%, sendo que esta cobertura pode ser atingida na classe V ou na classe XII, consoante a natureza do crédito e a garantia adstrita;
- h) São também provisionados os créditos de cobrança duvidosa correspondentes a prestações vincendas de uma mesma operação de crédito, nas condições do n.º 4.º do

Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal;

- i) São ainda constituídas provisões genéricas para o total do crédito em carteira, incluindo o representado por aceites, garantias, compromissos irrevogáveis e outros instrumentos de natureza análoga, abatido do sujeito a provisões específicas. As provisões genéricas variam entre 0,5% e 1,5% dos créditos.

A.2 - RESTANTES ACTIVOS FINANCEIROS

No âmbito da valorização (e cálculo da imparidade) dos restantes activos financeiros é considerado o quadro mínimo de referência estabelecido no Aviso n.º 3/95 e na Instrução n.º 7/2005, de 28 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

A.3 - ACTIVOS TANGÍVEIS

Os activos tangíveis são mantidos ao custo de aquisição, salvo quando se verifiquem reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que os ajustamentos de valor daí resultantes serão incorporados em sub-rubrica apropriada da conta “Reservas de reavaliação legais”.

B) Principais Políticas Contabilísticas

B1 - CRÉDITO A CLIENTES

O crédito a clientes (e os valores a receber de outros devedores) é registado de acordo com os critérios acima referidos nas bases de apresentação.

As comissões e outros ganhos e perdas associadas às operações de crédito, por se considerarem imateriais, são directamente reconhecidas em resultados do exercício.

A anulação contabilística de créditos é feita por utilização das provisões para crédito vencido quando estas correspondam a 100% do valor do crédito.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As garantias prestadas emitidas pela CCAM, são passivos eventuais uma vez que garantem o cumprimento perante terceiros das obrigações dos seus clientes no caso de estes falharem os compromissos assumidos.

Os compromissos irrevogáveis, na generalidade, são acordos contratuais de curto prazo para utilização de linhas de crédito que geralmente têm associados prazos fixos, ou outras cláusulas de expiração, e requerem o pagamento de uma comissão. Os compromissos da CCAM com linhas de crédito estão na sua maioria condicionados à manutenção pelo cliente de determinados parâmetros, à data de utilização dessa facilidade.

As garantias prestadas e os compromissos irrevogáveis são reconhecidos pelo valor em risco, sendo as comissões ou juros associados a estas operações, registados em resultados ao longo da sua vida.

B2 - ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço na data de negociação ou contratação, salvo excepções de carácter contratual, legal ou regulamentar.

No momento inicial são reconhecidos ao justo valor acrescido dos custos de transacção directamente atribuíveis, com excepção dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, em que os custos de transacção são de imediato reconhecidos em resultados.

B2.1 - ACTIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO OU RECONHECIDOS AO JUSTO VALOR EM RESULTADOS E PASSIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo.

A CCAM regista nesta rubrica os títulos de rendimento fixo ou de rendimento variável transaccionados em mercados activos classificados como de negociação.

Estes activos e passivos financeiros são avaliados ao justo valor, com os custos e proveitos associados às transacções registados em resultados; os ganhos e perdas resultantes das alterações do justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros corridos e não cobrados das obrigações e outros títulos de rendimento fixo são reconhecidos no valor de Balanço.

B2.2 - ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica inclui os activos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros pelo justo valor através da conta de resultados (i.e. instrumentos financeiros de negociação).

A CCAM regista nesta rubrica os títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação ou de crédito e os títulos de rendimento variável disponíveis para venda.

Os activos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, os respectivos ganhos e perdas são reconhecidos directamente nos capitais próprios na rubrica “reservas de reavaliação de justo valor” (excepto no caso de perdas de imparidade) até que o activo seja vendido. Nesse momento o ganho ou perda anteriormente reconhecida no capital próprio é revertido para resultados.

Os juros corridos de obrigações e de outros títulos de rendimento fixo são registados em resultados à taxa de juro nominal.

B3 - ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os activos não correntes detidos para venda são aqui classificados quando se prevê que o seu valor de Balanço seja recuperado através de alienação. A sua valorização deve ser efectuada ao menor dos valores entre o custo de aquisição e o valor de avaliação periódica; caso exista uma perda por imparidade, na avaliação inicial ou subsequente esta deve ser registada em resultados. As mais-valias potenciais não são reconhecidas no Balanço. Estes activos não são objecto de qualquer amortização.

Esta rubrica inclui imóveis, equipamento e outros bens recebidos em dação em cumprimento que passaram à posse da CCAM para regularização de crédito concedido.

B4 - ACTIVOS TANGÍVEIS

Os activos tangíveis são registados ao custo de aquisição e a respectiva depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, aplicada ao custo histórico, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos, que se considera não diferirem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

| | <u>Número de anos</u> |
|---|-----------------------|
| Imóveis | 50 |
| Beneficiações em imóveis arrendados | 10 |
| Equipamento informático e de escritório | 3 a 10 |
| Mobiliário e instalações interiores | 6 a 12 |
| Viaturas | 4 |

B5 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis são compostos, essencialmente, por aquisição de software (sistemas de tratamento automático de dados) e outros activos intangíveis, cujo impacto se repercute para

além do exercício em que são gerados. Estes activos são amortizados no período de 3 anos pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com o critério fiscal aplicável.

B6 - OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica residual inclui todos os activos não enquadrados em outras rubricas, não existindo uma valorimetria específica; é observado o princípio definido na Instrução n.º 7/2005 de que os activos não financeiros estão em imparidade quando a sua quantia escriturada excede a quantia recuperável.

B7 - DEPÓSITOS E OUTROS RECURSOS

Os depósitos e recursos financeiros de clientes e instituições de crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva resulta do desconto dos pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do passivo financeiro para o valor líquido actual de Balanço. O cálculo inclui as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

As comissões e outros ganhos e perdas associadas aos depósitos e outros recursos, por se considerarem imateriais, são directamente reconhecidas em resultados do exercício.

B8 - PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos, nomeadamente, processos judiciais e outras perdas expectáveis decorrentes da actividade. O seu reconhecimento efectua-se sempre que exista uma obrigação presente, legal ou construtiva, seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

B9 - IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O encargo do exercício com impostos sobre os lucros, para a *CCAM*, é calculado tendo em consideração o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e os incentivos e benefícios fiscais aplicáveis à Instituição.

Desde 2001, tal como no exercício actual a *CCAM* foi tributada em base individual ao abrigo do Estatuto Fiscal Cooperativo (EFC). Para o apuramento da repartição dos custos pelas actividades à taxa reduzida de 20% (abrangidas pelo EFC) e às taxas gerais de 12,5% e 25% consoante o escalão (excluídas do EFC), a *CCAM* elaborou um normativo interno que explicita os critérios seguidos no seu apuramento.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no Balanço e a sua base tributável.

Os prejuízos fiscais reportáveis e os créditos fiscais são também registados como impostos diferidos activos.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos até ao montante em que seja expectável existirem lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis.

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da *CCAM* durante um período de quatro anos, podendo por isso resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios ainda susceptíveis de revisão.

B10 - RESPONSABILIDADE COM PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

B10.1 - FUNDO DE PENSÕES

Face às responsabilidades assumidas para com os seus funcionários, a *CCAM* aderiu ao *Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo* que se destina a financiar os complementos de

pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de viuvez e orfandade efectuadas pela Segurança Social, relativamente à totalidade do seu pessoal abrangido pelo Acordo Colectivo de Trabalho das *Instituições de Crédito Agrícola Mútuo (ACT)*, sendo esses complementos calculados, por referência ao *ACT*, de acordo com:

- (i) a pensão garantida à idade presumível de reforma;
- (ii) o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo;
- (iii) o número total de anos de serviço à data de reforma.

A partir do exercício de 2008, inclusive, o financiamento das responsabilidades com o SAMS passou também a ser assegurado pelo Fundo de Pensões.

O valor global das *responsabilidades com pensões e outros benefícios*, encontra-se, consoante a respectiva natureza, registado em Outros Passivos ou em Outros Activos. O valor correspondente ao exercício de 2009, no montante de 352.975 euros, por ter natureza credora, é apresentado na rubrica Outros Passivos.

Nos termos do n.º 2 do n.º 11.º do Aviso n.º 12/2001, as instituições de crédito que apliquem as NCA's, devem divulgar em nota adequada do anexo às contas, diversa informação relativa às responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência, a qual será detalhada mais adiante na Nota 26.

B10.2 – PRÉMIOS DE ANTIGUIDADE

No termos do ACT a CCAM assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados no activo, que completem os quinze, vinte e cinco e trinta anos de serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois e três meses de remuneração mensal no ano de atribuição.

De acordo com a Carta Circular 12/06/DSBDR de 20 de Janeiro de 2006, a CCAM reconheceu em Outros Passivos, aquelas responsabilidades (ver Nota 26). O decréscimo do exercício, no montante de 4.211 euros, foi apurado com base nos critérios utilizados pelo Crédito Agrícola. No mesmo período, foi colocado à disposição dos beneficiários o total de 28.146 euros.

B10.3 – ENCARGOS COM O SAMS

Conforme já foi referido, a partir do exercício de 2008, inclusive, o financiamento das responsabilidades com o SAMS passou a ser assegurado pelo Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, tendo-se procedido à reclassificação dessas responsabilidades, que estavam contabilizadas anteriormente em Encargos a Pagar. No final do ano de 2008, o Banco de Portugal emitiu um novo aviso (Aviso n.º 7/2008), no qual permite diferir os impactos decorrentes da transição para a IAS 19, por um período adicional de três anos face ao período estipulado inicialmente. Assim, o montante de 575.450 euros, que em 31-12-2007 ainda estava por reconhecer em resultados transitados, irá agora ser imputado ao longo de nove anos, sendo o montante a reconhecer anualmente de 63.939 euros.

B11 – CAPITAL

Nos termos do art.º 14.º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM) o Capital Social das CCAM é variável, não podendo ser inferior a um mínimo fixado por portaria do Ministério das Finanças (i.e. € 7.481.968,46); prevê ainda no art.º 15.º um capital mínimo a subscrever em títulos de capital por cada associado (i.e. € 500).

O capital pode ser reduzido por amortização dos títulos de capital nos termos do art.º 17.º do RJCAM e restantes condições estatutárias.

Sempre que existam títulos de capital “extraordinário” sujeitos a remuneração, o montante total destes títulos, acrescido dos respectivos juros corridos, é reclassificado para a respectiva rubrica de Passivo, “Instrumentos representativos de capital”.

B12 - FUNDO DE GARANTIA DE DEPÓSITOS

A CCAM aderiu ao *Fundo de Garantia de Depósitos*, que foi constituído em Novembro de 1994 com o objectivo de garantir o reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito aderentes.

O limite do compromisso irrevogável de pagamento (montante “até ao qual as instituições de crédito participantes podem substituir o pagamento da referida contribuição pelo compromisso irrevogável de o efectuarem em qualquer momento em que o Fundo o solicite, no todo ou em parte”) a aplicar naquela contribuição anual foi fixado em 10% para o exercício de 2009 (10% também em 2008).

Em 2009, a taxa contributiva de base aplicável é de 0,03%, sendo a respectiva contribuição paga, de 70.703 euros, reconhecida em custos de forma linear ao longo do exercício.

Em 31 de Dezembro de 2009, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a CCAM tinha dado em penhor 700.000 euros em OT 4,45% – Junho 2008-2018, para caução do compromisso irrevogável de pagamento de contribuições relativas aos contratos celebrados com o Fundo de Garantia de Depósitos.

B13 - ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

A CCAM segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere ao reconhecimento contabilístico dos juros das operações activas e passivas que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança.

B14 – OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

A compra e a venda de notas e moedas estrangeiras são convertidas para euros com base na taxa de câmbio no dia da operação; as existências no final do ano foram convertidas para euros com base no câmbio médio à vista de referência à data de 31 de Dezembro de 2009, divulgados pelo Banco Central Europeu e pelo *Banco de Portugal*. As restantes operações em moeda estrangeira, são realizadas por uma instituição bancária em regime de comissão (prestação de serviços).

B15 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS FILIAIS E ASSOCIADAS

As participações financeiras podem ser consideradas empresas filiais, sempre que a CCAM detém o controlo ou o poder para o controlo da gestão da entidade, ou empresas associadas, aquelas em que a CCAM exerce directa ou indirectamente uma influência significativa sobre a sua gestão mas não detém o controlo da empresa. Presume-se que existe influência significativa quando a participação no capital é igual ou superior a 20%.

NOTA 2 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

| | 31-12-2009 | 31-12-2008 |
|--|-------------------|-------------------|
| Juros e Rendimentos Similares | | |
| Juros de disponibilidades em Bancos Centrais | 86,389 | 264,784 |
| Juros de disponibilidades e aplicações em Instituições Financeiras | 7,706,531 | 11,600,397 |
| Juros de Crédito | 6,637,432 | 8,598,869 |
| Juros de Activos Financeiros disponiveis para Venda | 866,366 | 810,701 |
| Outros Juros e Rendimentos Similares | 151 | 0 |
| | 15,296,869 | 21,274,751 |
| Juros e Encargos Similares | | |
| Juros de Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito | 67,215 | 115,910 |
| Juros de Depósitos de Clientes | 6,815,759 | 9,300,502 |
| Outros Juros e Encargos Similares | 309,707 | 421,055 |
| | 7,192,681 | 9,837,467 |
| Margem Financeira | 8,104,188 | 11,437,284 |

NOTA 3 – RENDIMENTO DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2009 | 31-12-2008 |
|--|-------------------|-------------------|
| Activos Financeiros Disponiveis para Venda | 12,716 | 9,907 |
| | 12,716 | 9,907 |

NOTA 4 – RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

| | 31-12-2009 | 31-12-2008 |
|---|------------------|------------------|
| Rendimentos de Serviços e Comissões | | |
| Por garantias prestadas | 89,328 | 99,682 |
| Por serviços bancários prestados | 895,230 | 960,308 |
| Por operações realizadas por conta de terceiros | 127,814 | 147,642 |
| Outras comissões recebidas | 68,978 | 47,826 |
| | 1,181,350 | 1,255,458 |
| Encargos com Serviços e Comissões | | |
| Por serviços bancários prestados por terceiros | 249,568 | 257,515 |
| Por operações realizadas por terceiros | 0 | 0 |
| Outras comissões pagas | 57,609 | 84,142 |
| | 307,177 | 341,657 |

NOTA 5 – RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2009 | | | 31-12-2008 | | |
|-------------------------------|----------------|---------------|----------------|----------------|---------------|----------------|
| | Proveitos | Custos | Resultado | Proveitos | Custos | Resultado |
| Instrumentos de Dívida | | | | | | |
| De Dívida Pública | | | | | | |
| Títulos de Dívida Pública | 340,710 | 74,155 | 266,555 | 289,423 | 14,374 | 275,049 |
| | 340,710 | 74,155 | 266,555 | 289,423 | 14,374 | 275,049 |

NOTA 6 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

| | 31-12-2009 | | | 31-12-2008 | | |
|--------------------------------------|---------------|--------------|--------------|---------------|--------------|---------------|
| | Proveitos | Custos | Resultado | Proveitos | Custos | Resultado |
| Reavaliação Cambial | | | | | | |
| Ganhos/Perdas em Diferenças Cambiais | 14,472 | 5,213 | 9,259 | 23,093 | 9,971 | 13,122 |
| | 14,472 | 5,213 | 9,259 | 23,093 | 9,971 | 13,122 |

NOTA 7 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2009 | | | 31-12-2008 | | |
|--|---------------|---------------|------------|---------------|----------------|-----------------|
| | Proveitos | Custos | Resultado | Proveitos | Custos | Resultado |
| Alienação de Outros Activos | | | | | | |
| Activos Não Correntes Detidos p/ Venda | 32,750 | 42,250 | -9,500 | 21,734 | 525,496 | -503,762 |
| Outros Activos Tangíveis | 10,270 | 0 | 10,270 | 2,159 | 42,229 | -40,070 |
| | 43,020 | 42,250 | 770 | 23,893 | 567,725 | -543,832 |

NOTA 8 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

| | 31-12-2009 | 31-12-2008 |
|--|----------------|----------------|
| Outros Proveitos Operacionais | | |
| Outros Ganhos e Rendimentos Operacionais | 440,038 | 538,384 |
| | 440,038 | 538,384 |
| Outros Custos Operacionais | | |
| Impostos Directos e Indirectos | 18,070 | 18,206 |
| Quotizações e Donativos | 142,315 | 179,551 |
| Contribuições para o FGD | 70,703 | 68,864 |
| Outros Encargos e Gastos Operacionais | 37,557 | 9,778 |
| | 268,645 | 276,399 |
| | 171,393 | 261,985 |

NOTA 9 – CUSTOS COM O PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

| | 31-12-2009 | 31-12-2008 |
|--|------------------|------------------|
| Vencimentos e Salários | | |
| Remuneração Órgãos de Gestão e Fiscalização | 300,012 | 289,810 |
| Remuneração Empregados | 2,923,452 | 2,828,177 |
| Encargos Sociais Obrigatórios | | |
| Segurança Social | 604,815 | 582,645 |
| SAMS | 162,539 | 162,880 |
| Fundo de Pensões | 92,736 | 121,022 |
| Outros Encargos Obrigatórios | 25,702 | 27,605 |
| Outros Custos com o Pessoal | | |
| Serviços Clínicos | 4,600 | 4,600 |
| Contribuições para Associações de Empregados | 18,350 | 18,110 |
| Outros | 28,779 | 38,610 |
| | 4,160,985 | 4,073,459 |

NOTA 10 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

| | 31-12-2009 | 31-12-2008 |
|-------------------------------------|------------------|------------------|
| Água, Energia e Combustíveis | 85,849 | 90,006 |
| Material de Consumo Corrente | 96,850 | 77,579 |
| Publicações | 2,864 | 2,095 |
| Material de Higiene e Limpeza | 2,635 | 3,178 |
| Outros Fornecimentos de Terceiros | 4,184 | 6,021 |
| Rendas e Alugueres | 28,155 | 26,845 |
| Comunicações | 196,632 | 278,559 |
| Deslocações Estadas e Representação | 67,521 | 70,209 |
| Publicidade e Edição de Publicações | 35,860 | 24,516 |
| Conservação e Reparação | 39,970 | 79,625 |
| Transportes | 6,454 | 3,173 |
| Formação de Pessoal | 9,440 | 2,419 |
| Seguros | 31,580 | 32,258 |
| Serviços Especializados | | |
| Avenças e Honorários | 68,535 | 78,304 |
| Judiciais Contencioso e Notariado | 65,179 | 64,697 |
| Informática | 178,652 | 117,639 |
| Segurança e Vigilância | 280 | 0 |
| Limpeza | 64,569 | 63,586 |
| Informações | 778 | 175 |
| Outros Serviços Especializados | 117,637 | 108,375 |
| Outros Serviços de Terceiros | 403,983 | 178,054 |
| | 1,507,607 | 1,307,313 |

NOTA 11 – PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

| | 31-12-2009 | 31-12-2008 |
|-------------------------------------|----------------|---------------|
| Dotações | 41,388 | 72,737 |
| Reversões | 98,606 | 43,475 |
| Saldo (Dotações - Reversões) | -57,218 | 29,262 |

NOTA 12 – CORRECÇÕES DE VALOR ASSOCIADAS AO CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER DE OUTROS DEVEDORES (LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES)

O valor desta rubrica apresenta a seguinte variação:

| | 31-12-2009 | 31-12-2008 |
|-------------------------------------|------------------|----------------|
| Dotações | 1,234,456 | 960,209 |
| Reversões | 185,538 | 833,965 |
| Saldo (Dotações - Reversões) | 1,048,918 | 126,244 |

NOTA 13 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2009 | 31-12-2008 |
|---|-------------------|-------------------|
| Caixa | 4,189,118 | 4,731,782 |
| Depósitos à Ordem em Bancos Centrais | | |
| Banco de Portugal | 6,010,200 | 6,370,132 |
| | 10,199,318 | 11,101,914 |

A rubrica Depósitos à Ordem em Bancos Centrais – Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa.

NOTA 14 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O valor desta rubrica é composto por:

| | 31-12-2009 | 31-12-2008 |
|--|------------------|-------------------|
| Disponibilidade em Outras Instituições de Crédito no País | | |
| Depósitos à ordem | 5,446,511 | 8,810,819 |
| Cheques a Cobrar | 1,239,600 | 1,821,325 |
| | 6,686,111 | 10,632,144 |

NOTA 15 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2009 | | | | | | |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|----------------|------------------------|----------------|------------|-------------------|
| | Valor Nominal | Valor Mercado | Juros corridos | Reserva de Justo Valor | | Imparidade | Valor Balanço |
| | | | | Positiva | Negativa | | |
| Instrumentos de Dívida | | | | | | | |
| De Dívida Pública | | | | | | | |
| Títulos de Dívida Pública | 35,553,134 | 36,383,974 | 261,522 | 488,611 | 121,336 | | 36,645,496 |
| Instrumentos de Capital | | | | | | | |
| Participações Financeiras | | | | | | | |
| Acções | 50,125 | 1,212,662 | | | | | 1,212,662 |
| Outras | | | | | | | |
| | 35,603,259 | 37,596,636 | 261,522 | 488,611 | 121,336 | 0 | 37,858,158 |

| 31-12-2008 | | | | | | | |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|----------------|------------------------|---------------|------------|-------------------|
| | Valor Nominal | Valor Mercado | Juros corridos | Reserva de Justo Valor | | Imparidade | Valor Balanço |
| | | | | Positiva | Negativa | | |
| Instrumentos de Dívida | | | | | | | |
| De Dívida Pública | | | | | | | |
| Títulos de Dívida Pública | 16,510,362 | 16,490,212 | 115,250 | 100,337 | 94,143 | | 16,605,462 |
| Instrumentos de Capital | | | | | | | |
| Participações Financeiras | | | | | | | |
| Ações | 50,125 | 1,212,662 | | | | | 1,212,662 |
| Outras | | | | | | | |
| | 16,560,487 | 17,702,874 | 115,250 | 100,337 | 94,143 | 0 | 17,818,124 |

NOTA 16 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O valor desta rubrica é composto por:

| | 31-12-2009 | 31-12-2008 |
|--|--------------------|--------------------|
| Aplicações em Instituições de Crédito no País | | |
| Depósitos | 198,715,520 | 211,390,505 |
| Juros e Rendimentos Similares | | |
| Juros de Aplicações em Instituições de Crédito | 653,353 | 2,041,836 |
| | 199,368,873 | 213,432,341 |

NOTA 17 – CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2009 | 31-12-2008 |
|--|--------------------|--------------------|
| Credito Interno + Juros | | |
| Empresas e Administrações Publicas | | |
| Desconto e Outros Créditos Titulados Por Efeitos | 2,069,958 | 2,932,646 |
| Empréstimos | 51,519,948 | 39,527,193 |
| Créditos em Conta Corrente | 7,742,542 | 8,418,690 |
| Descobertos em Depósitos à Ordem | 5,853 | 11,600 |
| Particulares | | |
| Habitação | 46,991,025 | 45,285,966 |
| Consumo | 2,182,637 | 6,081,368 |
| Outras Finalidades | | |
| Desconto e Outros Créditos Titulados Por Efeito | 561,126 | 577,307 |
| Empréstimos | 28,502,779 | 25,388,085 |
| Créditos em Conta Corrente | 1,203,049 | 1,167,202 |
| Descobertos em Depósitos à Ordem | 4,384 | 2,120 |
| | 140,783,301 | 129,392,177 |
| Credito e Juros Vencidos | | |
| Empresas e Administrações Publicas | 8,896,345 | 8,298,396 |
| Particulares | | |
| Habitação | 945,631 | 849,074 |
| Consumo | 299,552 | 361,333 |
| Outras Finalidades | 2,945,970 | 2,383,971 |
| Juros Vencidos a Regularizar | 9,731 | 16,661 |
| | 13,097,229 | 11,909,435 |
| Provisões Acumuladas | | |
| Para Crédito de Cobrança Duvidosa | -59,685 | -50,774 |
| Para Crédito Vencido | -10,752,097 | -9,712,090 |
| | -10,811,782 | -9,762,864 |
| | 143,068,748 | 131,538,748 |

Os movimentos ocorridos nas provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido, foram os seguintes:

| | 31-12-2009 | 31-12-2008 |
|----------------------|-------------------|-------------------|
| Saldo Inicial | 9,762,864 | 9,806,197 |
| Dotações | 1,234,456 | 960,209 |
| Utilizações | 0 | 169,577 |
| Reversões | 185,538 | 833,965 |
| Transf. de Reservas | 0 | 0 |
| Saldo Final | 10,811,782 | 9,762,864 |

NOTA 18 – ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

| | 31-12-2009 | 31-12-2008 |
|--|-------------------|-------------------|
| Activos Não Correntes Detidos para Venda | | |
| Imoveis | 3,761,817 | 4,015,637 |
| Outros Activos | 5,738 | 4,988 |
| Provisões para Imparidade - Activos Não Financeiros | | |
| Outros Activos Tangíveis | -380,253 | -381,922 |
| | 3,387,302 | 3,638,703 |

O movimento ocorrido nas provisões desta rubrica:

| | 31-12-2009 | 31-12-2008 |
|-----------------------|-------------------|-------------------|
| Saldo Inicial | 381,922 | 206,601 |
| Dotações | 66,600 | 283,831 |
| Utilizações | 50,035 | 10,000 |
| Reversões | 18,234 | 98,510 |
| Transf. para Reservas | 0 | 0 |
| Saldo Final | 380,253 | 381,922 |

NOTA 19 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2009 | 31-12-2008 |
|-----------------------------------|-------------------|------------------|
| Imóveis | | |
| De Serviço Próprio | 5,119,715 | 5,233,306 |
| Obras em Imóveis Arrendados | 0 | 0 |
| Equipamento | | |
| Mobiliário e Material | 11,176 | 18,617 |
| Maquinas e Ferramentas | 66,134 | 64,226 |
| Equipamento Informático | 93,963 | 174,174 |
| Instalações Interiores | 53,151 | 70,533 |
| Material de Transporte | 68,343 | 49,743 |
| Equipamento de Segurança | 109,760 | 139,233 |
| Outro Equipamento | 0 | 0 |
| Outros Activos Tangíveis | | |
| Diversos | 0 | 0 |
| Património Artístico | 35,537 | 14,860 |
| Activos Tangíveis em Curso | | |
| Imóveis | 4,439,351 | 3,554,122 |
| Equipamento | 31,701 | 29,105 |
| | 10,028,831 | 9,347,919 |

O movimento desta rubrica foi o seguinte:

| | Imóveis | Equipamento | Outros Activos Tangíveis | Activos Tangíveis em Curso | Total |
|------------------------------------|------------------|----------------|--------------------------------|----------------------------------|-------------------|
| Saldo Líquido a 31-Dez-2008 | 5,233,306 | 516,526 | 14,860 | 3,583,227 | 9,347,919 |
| Compras | 3,115 | 94,943 | 24,350 | 887,825 | 1,010,233 |
| Abates (Líquido) | | | | | 0 |
| Amortizações do Exercício | 116,706 | 208,942 | 3,673 | | 329,321 |
| Transferências | | | | | 0 |
| Saldo Líquido a 31-Dez-2009 | 5,119,715 | 402,527 | 35,537 | 4,471,052 | 10,028,831 |

NOTA 20 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica decompõe-se como segue:

| | 31-12-2009 | 31-12-2008 |
|--|----------------|----------------|
| Outros Activos Intangíveis | | |
| Sistemas de Tratamento Automático de Dados | 40,082 | 84,612 |
| Outros Activos Intangíveis | 0 | 0 |
| Activos Intangíveis em Curso | 449,239 | 375,837 |
| | 489,321 | 460,449 |

O movimento desta rubrica foi o seguinte:

| | Sistemas de Tratamento Automático de Dados | Outros Activos Intangíveis | Activos Intangíveis em Curso | Total |
|------------------------------------|---|-------------------------------|------------------------------------|---------|
| Saldo Líquido a 31-Dez-2008 | 84,612 | 0 | 375,837 | 460,449 |
| Compras | 10,616 | | 73,402 | 84,018 |
| Abates (Líquido) | | | | 0 |
| Amortizações do Exercício | 55,146 | | | 55,146 |
| Transferências | | | | 0 |
| Regularizações | | | | 0 |
| Saldo Líquido a 31-Dez-2009 | 40,082 | 0 | 449,239 | 489,321 |

NOTA 21 – INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2009 | 31-12-2008 |
|--|--------------|--------------|
| Investimentos em Associadas | 1,250 | 1,250 |
| Investimentos em Empreendimentos Conjuntos | 1,250 | 1,250 |
| | 2,500 | 2,500 |

NOTA 22 – OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2009 | 31-12-2008 |
|--|------------------|------------------|
| Devedores e Outras Aplicações | | |
| Aplicações Diversas | 0 | 0 |
| Devedores Diversos | 248,276 | 240,970 |
| Outros Activos | | |
| Outros Metais Preciosos, Numismática e Meda. | 82 | 82 |
| Rendimentos a Receber | | |
| Outros Rendimentos a Receber | 4,593 | 4,943 |
| Despesas com Encargo Diferido | | |
| Outras Despesas com Encargo Diferido | 573,258 | 653,686 |
| Responsab. com Pensões e Out. Benefícios | | |
| Resp. c/ Pensões Out. Benefícios (saldo devedor) | 0 | 0 |
| Outras Contas de Regularização | | |
| Outras Operações a Regularizar | 269,174 | 233,148 |
| | 1,095,383 | 1,132,829 |

A maior componente desta rubrica está incluída nas Despesas com Encargo Diferido e refere-se mais concretamente aos Encargos Diferidos com o SAMS ainda não reconhecidos em resultados, cujo saldo em 31-12-2009 se cifrava em 447.572 euros (511.511 euros em 31-12-2008), conforme explicado atrás na Nota B10.3.

NOTA 23 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica decompõe-se como segue:

| | 31-12-2009 | 31-12-2008 |
|---|----------------|------------------|
| Recursos de Outras Instituições de Crédito | | |
| Depósitos à Ordem | 173,394 | 75,968 |
| Depósitos a Prazo | 0 | 3,007,042 |
| Outros Recursos | 93 | 0 |
| | 173,487 | 3,083,010 |

NOTA 24 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2009 | 31-12-2008 |
|------------------------------------|--------------------|--------------------|
| Depósitos de Residentes | | |
| Do Sector Publico Administrativo | | |
| Depósitos à Ordem | 2,252,943 | 928,370 |
| Depósitos a Prazo | 5,008 | 175,356 |
| De Emigrantes | | |
| Depósitos à Ordem | 1,055,698 | 1,181,169 |
| Depósitos a Prazo | 8,998,167 | 8,886,810 |
| De Outros Residentes | | |
| Depósitos à Ordem | 75,115,902 | 67,894,566 |
| Depósitos a Prazo | 215,673,606 | 211,051,051 |
| Depósitos de Poupança | | |
| Poupança Reformados | 35,798,965 | 35,745,870 |
| Poupança Outros | 806,209 | 1,035,717 |
| Outros | 14,581,389 | 12,509,497 |
| Outros Recursos de Clientes | | |
| Cheques e Ordens a Pagar | 24,094 | 212,033 |
| | 354,311,981 | 339,620,439 |

NOTA 25 – PROVISÕES

O valor desta rubrica é composto por:

| | Provisão para Riscos Gerais de Crédito | Provisão para Garantias e Compromissos Assumidos | Total |
|----------------------------|--|---|------------------|
| Saldo a 31-Dez-2008 | 1,201,711 | 217,338 | 1,419,049 |
| Dotações | 41,388 | 0 | 41,388 |
| Utilizações | 0 | 0 | 0 |
| Reversões | 98,606 | 0 | 98,606 |
| Saldo a 31-Dez-2009 | 1,144,493 | 217,338 | 1,361,831 |

NOTA 26 – OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2009 | 31-12-2008 |
|--|------------------|------------------|
| Credores e Outros Recursos | | |
| Recursos Diversos | 5,523 | 2,698 |
| Sector Publico Administrativo | 310,500 | 385,805 |
| Cobranças por Conta de Terceiros | 5,899 | 5,699 |
| Contribuições para Outros Sistemas de Saúde | 18,173 | 18,110 |
| Credores Diversos | 180,915 | 259,826 |
| Responsab. com Pensões e Out. Benefícios | | |
| Respons. c/ Pensões e Out. Benefícios (saldo credor) | 352,975 | 260,239 |
| Receitas Com Rendimento Diferido | | |
| Outras Receitas c/ Rendimento Diferido (s/ crédito) | 5,085 | 5,764 |
| Encargos a Pagar | | |
| Outros Encargos a Pagar | | |
| Por Gastos com Pessoal | | |
| Rem. Órgãos Gestão e Fiscalização | 51,613 | 51,039 |
| Remunerações de Empregados | 465,196 | 438,885 |
| Outros Gastos c/ Pessoal - Prémios de Antiguidade | 471,990 | 476,201 |
| Outras Contas de Regularização | | |
| Operações Passivas a Regularizar | 152,691 | 326,878 |
| Outras Operações a Regularizar | 358,599 | 348,598 |
| | 2,379,159 | 2,579,742 |

O montante global das responsabilidades com pensões e outros benefícios, por ter natureza credora, é apresentado nesta rubrica, e resulta do valor das responsabilidades totais de 1.605.418 euros, deduzido do valor patrimonial do fundo de pensões e dos desvios actuariais, de 1.127.682 euros e 124.761 euros, respectivamente.

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e com o pagamento de contribuições para o serviço de assistência médico-social (SAMS), apresentadas nesta rubrica, estão cobertas pelo Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, do qual é Associada a CCAM de Leiria, e que se encontra sob a gestão da Crédito Agrícola Vida – Companhia de Seguros, S.A..

No final do exercício de 2008, as responsabilidades com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) passaram a ser financiadas através do Fundo de Pensões. De acordo com a cláusula 116.^a do acordo colectivo de trabalho (ACT), constituem contribuições obrigatórias das instituições de crédito para o SAMS a verba correspondente a 6,5% das pensões de reforma e sobrevivência.

A avaliação actuarial contempla os trabalhadores no activo, licenças sem vencimento, reformados e pensionistas, e os benefícios a atribuir pelo Plano de Pensões, são os definidos no Acordo Colectivo de Trabalho das Instituições do Crédito Agrícola Mútuo (ICAM). De acordo com as Cláusulas 109.º, 110.º e 111.º do ACT, os participantes ao abrigo deste Plano terão direito a uma pensão de invalidez ou velhice, em função do nível e diuturnidades, calculados e actualizados com base na totalidade do tempo de serviço prestado até à data do evento.

Em 31 de Dezembro de 2009, a população da CCAM de Leiria, abrangida, distribuíam-se de acordo com o seguinte quadro:

| Trabalhadores no Activo e Licenças sem Vencimento | |
|--|-------------|
| Número de participantes | 108 |
| Número de participantes com mais de 65 anos | 0 |
| Idade média | 42.3 |
| Antiguidade média na banca | 16.5 |
| Salário médio anual | 23,360 € |
| Folha anual de salários | 2,522,909 € |
| Reformados e Pensionistas | |
| Número de beneficiários | 11 |
| Idade média | 70.1 |
| Pensões anuais | 21,220 € |
| Pensão média anual a cargo do Fundo | 1,929 € |

Na avaliação actuarial, foram considerados os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

Pressupostos Financeiros

| | |
|--|-------|
| Taxa de crescimento salarial futura | 3% |
| Taxa de crescimento do Salário Mínimo Nacional | 4.5% |
| Taxa de desconto | 5.5% |
| Taxa de crescimento das pensões | 2% |
| Taxa de revalorização de salários para a Seg. Social - n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 187/2007 de 10 de Maio | 2.25% |
| Taxa de revalorização de salários para a Seg. Social - n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 187/2007 de 10 de Maio | 2% |

Pressupostos Demográficos

| | |
|----------------------|------------|
| Tábua de mortalidade | TV - 88/90 |
| Tábua de invalidez | EVK 80 |
| Idade de reforma | 65 anos |

Na determinação da pensão da Segurança Social, tomou-se, como crescimento salarial para a carreira contributiva passada, o do Índice de Preços no Consumidor Sem Habitação.

Para efeito da presente avaliação actuarial, considerou-se que a esperança média de vida aos 65 anos aumenta um ano em cada período de dez anos.

Para estimação da pensão a cargo do Fundo, utilizou-se a tabela do ACT das Instituições do Crédito Agrícola, com as promoções obrigatórias por antiguidade, de acordo com a cláusula 15.^a do ACT, bem como as diuturnidades até à aposentação, definidas na cláusula 81.^a do mesmo documento.

O método de cálculo utilizado foi o do “Projected Unit Credit”, para as responsabilidades com pensões diferidas de velhice e sobrevivência.

Em 31 de Dezembro de 2009, o valor actual das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e com o pagamento dos encargos pós-emprego com o SAMS na parte que cabe ao empregador (6,5% das pensões totais), referente aos trabalhadores no activo e licenças sem vencimento foi o que seguidamente se indica:

| Valor Actual das Responsabilidades em 31-12-2009 | |
|---|------------------|
| Por Serviços Passados | 1,158,904 |
| Por Serviços Futuros | 1,636,216 |
| | 2,795,120 |

Relativamente às pensões em pagamento aos actuais reformados e pensionistas, o valor actual das responsabilidades totais, incluindo as responsabilidades com o pagamento dos encargos com o SAMS, ascendem a 341.434 euros.

O acréscimo anual de responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência referente a esta Caixa é o que a seguir se apresenta:

| Responsabilidades com Pensões de Reforma e Sobrevivência | |
|---|----------------|
| (+) Custo do serviço corrente | 71,848 |
| (+) Custo dos juros | 75,485 |
| (-) Rendimento esperado dos activos do Fundo de Pensões | 58,139 |
| (+/-) Ganhos e perdas actuariais | 14,894 |
| (+) Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas | 4,680 |
| Acréscimo Anual de Responsabilidades | 108,768 |

O movimento ocorrido durante o exercício de 2009 relativo ao valor actual das responsabilidades por serviços passados, foi o seguinte:

| | |
|---|------------------|
| Responsabilidades Totais em 31-12-2008 | 1,349,109 |
| (+) Custo do serviço corrente | 71,848 |
| (+) Custo dos juros | 75,485 |
| (+/-) Ganhos e perdas actuariais nas responsabilidades | 29,546 |
| (+) Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas | 4,680 |
| (-) Pensões pagas pelo fundo de pensões | 21,220 |
| (-) SAMS pago pelo fundo de pensões | 9,111 |
| Responsabilidades Totais em 31-12-2009 | 1,500,337 |

O movimento ocorrido na quota-parte do fundo de pensões referente à CCAM de Leiria, durante o exercício de 2009, foi o que se indica a seguir:

| | |
|---|------------------|
| Valor da quota-parte do fundo de pensões em 31-12-2008 | 1,048,971 |
| (+) Contribuições efectuadas | 36,251 |
| Pela CCAM de Leiria | 0 |
| Pelos empregados | 36,251 |
| (+) Rendimento dos activos do fundo de pensões (líquido) | 72,791 |
| (-) Pensões pagas pelo fundo de pensões | 21,220 |
| (-) SAMS pago pelo fundo de pensões | 9,111 |
| Valor da quota-parte do fundo de pensões em 31-12-2009 | 1,127,682 |

O valor das responsabilidades por amortizar em 31-12-2009 era de 452.476 euros (372.461 euros referentes a trabalhadores no activo e 80.015 euros referentes a reformados e pensionistas). Deste modo, de acordo com o Aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal (com os serviços passados de pessoal no activo financiados a um nível mínimo de 95%), o valor das responsabilidades com serviços passados a reconhecer em 31 de Dezembro de 2009, era de 1.008.539 euros, conforme se demonstra a seguir:

| | |
|--|------------------|
| Responsabilidades com Serviços Passados em 31-12-2009 (Aviso n.º 12/2001) | |
| (+) Responsabilidades c/ trabalhadores no activo e licenças s/ vencimento (95%) | 1,100,958 |
| (+) Responsabilidades com reformados e pensionistas | 341,434 |
| (-) Responsabilidades por amortizar referentes a trabalhadores no activo (95%) | 353,838 |
| (-) Responsabilidades por amortizar referentes a reformados e pensionistas | 80,015 |
| | 1,008,539 |

Assim, nesta data e para os parâmetros em vigor, o nível de financiamento global da quota-parte desta Caixa cifrava-se em 75% enquanto que o nível de financiamento de acordo com o Aviso n.º 12/2001 atinge os 112%.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados, no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado dos fundos de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo (“corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor dos fundos de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, deverá ser reconhecido em resultados, no mínimo, um montante correspondente ao referido excesso dividido pelo diferencial entre a idade média dos colaboradores no activo e a idade normal de reforma considerada no estudo actuarial.

Em 31-12-2009 a decomposição do corredor é a seguinte:

| | |
|---|----------------|
| Corredor | 150,034 |
| (+) Desvios actuariais por amortizar em 31-12-2008 | 108,729 |
| Ganhos e perdas actuariais dentro do corredor | 134,911 |
| Ganhos e perdas actuariais fora do corredor | -26,182 |
| Tempo de serviço médio futuro dos activos do fundo | 23 |
| (-) Amortização de desvios actuariais em 2009 | -1,138 |
| (+/-) Desvios actuariais gerados em 2009 | 14,894 |
| Desvio financeiro (Ganho/Perda) | -14,652 |
| Desvio actuarial (Ganho/Perda) | 29,546 |
| (=) Desvios actuariais por amortizar em 31-12-2009 | 124,761 |

NOTA 27 – CAPITAL

Esta rubrica apresenta a seguinte variação:

| | Incorporação de reservas | Entradas/Saídas de Sócios | Total |
|---------------------------------|-----------------------------|------------------------------|-------------------|
| Saldo em 31-Dez-2007 | 24,000,000 | 1,122,140 | 25,122,140 |
| Emissão de títulos de capital | 5,000,000 | 41,000 | 5,041,000 |
| Reembolso de títulos de capital | | -30,605 | -30,605 |
| Saldo em 31-Dez-2008 | 29,000,000 | 1,132,535 | 30,132,535 |
| Emissão de títulos de capital | 5,000,000 | 24,000 | 5,024,000 |
| Reembolso de títulos de capital | | -25,505 | -25,505 |
| Saldo em 31-Dez-2009 | 34,000,000 | 1,131,030 | 35,131,030 |

O montante relativo às emissões de Capital Especial/Extraordinário, foi reclassificado devido à aplicação das NCA, apresentando-se agora na rubrica do passivo "Instrumentos Representativos de Capital", sendo o seu valor nominal em 2009-12-31 de 7.234.890 euros, ascendendo os respectivos juros decorridos a 309.652 euros.

Em 31 de Dezembro de 2009, o capital da CCAM LEIRIA, C.R.L. encontra-se disperso por 12.865 associados, não existindo nenhum associado a deter mais de 35.000 euros (7.000 títulos de capital) no capital da CCAM.

NOTA 28 – RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

| Reservas de Reavaliação | | | | |
|----------------------------------|--|--------------------------------------|---------------------------------------|----------------|
| | Reservas de Reavaliação ao Justo Valor | Reservas de Reavaliação Legais | Reservas por Impostos Diferidos | Total |
| Saldo Final a 31-Dez-2008 | -479,153 | 545,368 | 47,713 | 113,928 |
| Constituições | 679,500 | 0 | 0 | 679,500 |
| Anulações | -318,352 | 1,274 | -24,039 | -341,117 |
| Transferências | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Saldo Final a 31-Dez-2009 | -118,005 | 546,642 | 23,674 | 452,311 |

| Outras Reservas | | | | |
|----------------------------------|------------------|------------------|-----------------|------------------|
| | Reserva Legal | Reserva Especial | Outras Reservas | Total |
| Saldo Final a 31-Dez-2008 | 8,000,000 | 1,778,825 | 39,000 | 9,817,825 |
| Constituições | 3,000,000 | 2,075,306 | 1,000 | 5,076,306 |
| Anulações | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Transferências | -1,200,000 | -3,800,000 | 0 | -5,000,000 |
| Saldo Final a 31-Dez-2009 | 9,800,000 | 54,131 | 40,000 | 9,894,131 |

| Resultados Transitados | |
|---|----------------|
| Saldo Final a 31-Dez-2008 | 22,011 |
| Transferência do Saldo Positivo do Exercício Anterior para Reservas | -22,011 |
| Regularização de Excedentes em Activos por Impostos Diferidos | 24,039 |
| Parte do Impacte da Transição para a IAS 19 referente ao Fundo de Pensões | -10,718 |
| Parte do Impacte da Transição para a IAS 19 referente aos Encargos com o SAMS | -63,939 |
| Regularização de Excedentes em Passivos por Impostos Diferidos | -1,273 |
| Saldo Final a 31-Dez-2009 | -51,891 |

NOTA 29 – IMPOSTO CORRENTE SOBRE OS LUCROS

Em 31 de Dezembro de 2009 o imposto sobre lucros e a correspondente Derrama, foram calculados de acordo com as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC), o Estatuto Fiscal Cooperativo e a Lei n.º 53-A/2006, na parte aplicável, apurando-se o montante de 440.607 euros, conforme detalhe seguinte:

| | 31-Dez-09 | 31-Dez-08 |
|--|------------------|------------------|
| Lucro contabilístico antes de impostos | 2,345,929 | 6,224,873 |
| *Lucro tributável imputado por ACE | 1 | 0 |
| *Reintegrações e amortizações não aceites | 4,284 | 5,810 |
| *Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais | 1,082,637 | 711,859 |
| *Donativos não previstos ou além dos limites legais | 121,140 | 160,300 |
| *Multas e penalidades | 10,146 | 8,381 |
| *Menos-valias contabilísticas | 0 | 42,229 |
| *Mais-valias fiscais | 5,135 | 0 |
| *40% aumento das reintegrações resultantes de reavaliações | 10,233 | 10,233 |
| *Correcções relativas a exercícios anteriores | 10,126 | 44 |
| *Prémios de Antiguidade (Art.º 57.º, n.º 2, h), da Lei n.º 53-A/2006) | 0 | 19,589 |
| *Alterações na mensuração de activos (Art.º 57.º, n.º 2, j), da Lei n.º 53-A/2006) | 2,283 | 210,413 |
| *Custo com reformas antecipadas (Art.os 18.º e 23.º) | 4,680 | 0 |
| *Variação patrimonial referente Resp. c/ Fundo Pensões/SAMS (Art.º 40.º, n.º 13) | -74,657 | -74,657 |
| *Prejuízo fiscal imputado por ACE | 0 | -358 |
| *Redução de provisões tributadas | -57,848 | -124,465 |
| *Mais-valias contabilísticas | -10,270 | -2,399 |
| *Menos-valias fiscais | 0 | -60,170 |
| *Rendimentos nos termos do artigo 46.º | -6,358 | -4,954 |
| *Benefícios fiscais | -4,086 | -3,670 |
| *Prémios de Antiguidade (Art.º 57.º, n.º 2, h), da Lei n.º 53-A/2006) | -4,211 | 0 |
| *Alterações na mensuração de activos (Art.º 57.º, n.º 2, j), da Lei n.º 53-A/2006) | -98,641 | -99,403 |
| *Pagamento de reformas antecipadas/SAMS (Art.os 18.º e 23.º) | -14,903 | 0 |
| Prejuízo fiscal (Regime Geral) | 0 | 0 |
| Lucro tributável (Regime Geral) | 1,963,904 | 3,840,002 |
| Lucro tributável (Regime de Redução de Taxa) | 1,361,716 | 3,183,653 |
| Prejuízos Fiscais Dedutíveis (Regime Geral) | 0 | 0 |
| Matéria colectável (Regime Geral - 1.º Escalão) | 12,500 | |
| Matéria colectável (Regime Geral - 2.º Escalão) | 1,951,404 | 3,840,002 |
| Matéria colectável (Regime de Redução de Taxa) | 1,361,716 | 3,183,653 |
| Taxa normal de imposto sobre o lucro tributável - 1.º Escalão | 12.50% | |
| Taxa normal de imposto sobre o lucro tributável - 2.º Escalão | 25.00% | 25.00% |
| Taxa reduzida de imposto sobre o lucro tributável | 20.00% | 20.00% |
| Colecta | 761,757 | 1,596,731 |
| Deduções à colecta | -380,879 | -607,307 |
| Derrama | 49,552 | 105,355 |
| Tributações autónomas | 10,177 | 12,431 |
| Estimativa de impostos sobre os lucros do exercício | 440,607 | 1,107,210 |
| Correcções de impostos relativas a exercícios anteriores | 0 | 0 |
| Imposto Corrente sobre os Lucros | 440,607 | 1,107,210 |
| Retenções na fonte | 2,543 | 1,982 |
| Pagamentos por conta efectuados no exercício | 798,425 | 1,112,838 |
| IRC a pagar / receber | -360,361 | -7,610 |
| Taxa efectiva de imposto sobre o lucro contabilístico | 18.78% | 17.79% |

NOTA 30 – IMPOSTOS DIFERIDOS

Em consequência da aplicação das NCA's a CCAM apurou impostos diferidos conforme detalhe seguinte:

| | 31-12-2009 | 31-12-2008 |
|--|----------------|----------------|
| Activos por impostos diferidos | | |
| Reservas resultantes da valoriz. ao justo valor - Títulos de dívida pública | 27,599 | 20,915 |
| Reservas result. valoriz. justo valor - Activos adquir. reembolso de crédito | 23,293 | 46,593 |
| Provisões tributadas a deduzir em períodos futuros | 686,078 | 440,129 |
| Responsabilidades com prémios de antiguidade | 113,278 | 114,288 |
| Prejuízos fiscais | 0 | 0 |
| Benefícios fiscais (p.e. criação emprego a jovens) | 0 | 0 |
| Outros | 0 | 0 |
| | 850,248 | 621,925 |
| Passivos por impostos diferidos | | |
| Reservas de reavaliações legais | 39,573 | 40,847 |
| Reservas resultantes da valoriz. ao justo valor - Títulos de dívida pública | 117,267 | 24,081 |
| Responsabilidades com reformas antecipadas | 267 | 0 |
| Reinvestimentos de mais-valias fiscais | 0 | 0 |
| Outros | 0 | 0 |
| | 157,107 | 64,928 |
| Impacto total dos Impostos diferidos | 693,141 | 556,997 |

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, C.R.L., apresenta o Relatório da sua acção fiscalizadora e emite Parecer sobre o Relatório de Gestão, as Contas, e a Proposta para a Aplicação dos Resultados elaborados pelo Conselho de Administração e relativos ao exercício de 2009.

1 - O Conselho Fiscal acompanhou, ao longo do ano, a evolução da actividade da Caixa, analisando as peças contabilísticas que, pelo menos trimestralmente, lhe eram apresentadas, solicitando esclarecimentos aos responsáveis dos Serviços e reunindo, regularmente, com o Conselho de Administração. Reuniu, também, com o Revisor Oficial de Contas e certificou-se da independência da sua actividade.

Regista com agrado a pronta colaboração que recebeu por parte dos, acima referidos, interlocutores.

Este Conselho recebeu e apreciou os relatórios das funções de Auditoria Interna, *Compliance* e Gestão de Riscos. Analisou o Relatório do Controlo Interno e, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 25º do aviso 5/2008 do Banco de Portugal, emitiu o respectivo parecer. Constatou que a Administração da Caixa tem a preocupação de cumprir e fazer cumprir as normais legais e estatutárias aplicáveis e que dá imediato seguimento às instruções e recomendações recebidas do Banco de Portugal.

Analisámos o Relatório de Gestão de 2009 e a Proposta de Aplicação dos Resultados nele incluída.

No âmbito das nossas funções examinámos, em pormenor, o Balanço de 31 de Dezembro, a Demonstração de Resultados e o Anexo às Demonstrações Financeiras correspondentes ao encerramento de contas de 2009.

Apreciámos a Certificação Legal de Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas à qual damos o nosso total acordo.

2 - A actividade da Caixa teve, no difícil contexto do último exercício, um desempenho muito positivo; mas não poderia ficar imune à crise dos mercados financeiros, ao rápido e acentuado abaixamento da actividade económica, à abrupta descida das taxas de juro de referência do Banco Central Europeu e ao consequente estreitamento das margens de intermediação que afectaram e reduziram a generalidade das instituições de crédito nacionais e estrangeiras.

Os resultados do exercício cifram-se em €2 041 466 (dois milhões, quarenta e um mil e quatrocentos e sessenta e seis euros), valor que, apesar de muito significativo e mesmo relevante, se comparado com o de instituições congêneres de idêntica dimensão, é inferior ao apurado no ano anterior e fica aquém do orçamentado.

Os trabalhos de acompanhamento, de análise e de fiscalização a que procedemos levam-nos a retirar as seguintes conclusões:

- O Relatório do Conselho de Administração faz uma apresentação rigorosa e esclarecida da evolução da actividade da Caixa e das condições em que essa evolução se processou;
- O Balanço, a Demonstração de Resultados e outros correspondentes do encerramento de contas de 2009, elaborados segundo políticas contabilísticas e critérios volumétricos adequados, permitem uma compreensão exacta da situação patrimonial da Caixa no final do exercício;
- A Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração cumpre os requisitos legais e estatutários

Face ao exposto o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia-Geral:

- a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009;
- b) Aprove as Contas relativas a esse exercício;
- c) Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal propõe, ainda, que esta Assembleia aprove um voto de louvor ao Conselho de Administração e a todos os Colaboradores da Caixa Agrícola, que, com o seu profissionalismo, a sua dedicação e o seu empenho, contribuíram para o prestígio e crescimento desta Instituição

Leiria, 05 de Março de 2010
O Conselho Fiscal

Oliveira de Jesus Soares

Filipe José Cândido da Silva

Alexandre Moura Valente



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ VIEIRA DOS REIS
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ
JOSÉ BARATA FERNANDES
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da *CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, CRL*, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 413.395.154 euros e um total de capital próprio de 47.467.047 euros, incluindo resultado líquido de 2.041.466 euros), a Demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (notas explicativas às demonstrações financeiras).

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

1/2



- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, nos aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da *CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, CRL*, em 31 de Dezembro de 2009 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as instituições de crédito e sociedades financeiras.

Lisboa, 5 de Março de 2010

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

José Vieira dos Reis, ROC nº 359